AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

PROGNÓSTICO SAFRA 81/82

VOL. 5 Nº 8 AGOSTO DE 1981

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

GOMES FREIRE
12.VIII.81
DR-RIO

BRASIL CORREIO
Cr$ 009,00
M 10.5

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Feijão; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Benjamin Grosskopf
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v.I – ,n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA ANTONIO DELFIM NETTO
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ANÁLISE

Páginas

Análises

As Modificações da Política Agrícola. 2

Algodão. 7

Arroz 12

Feijão 18

Milho 22

Soja 27

Trigo. 33

NOTA DA EDIÇÃO

O **Grupo de Informação Agrícola** *vem publicando, a cada ano, no mês de agosto, um número especial de* **"Agroanalysis"**, *destinado a antecipar, em boa medida, o perfil e a dimensão da safra que se inicia. Desta feita, as modificações introduzidas pelo governo na sua política agrícola — elevação das taxas de juros para financiamento de custeio da produção, redução do percentual do Valor Básico de Custeio que é financiado a taxas de juros subsidiadas e fixação de um preço básico de garantia a ser reajustado, no momento da colheita, com base na variação do INPC — recomendaram a publicação de uma breve análise introdutória das motivações que levaram o governo a alterar sua política agrícola e dos efeitos que essas alterações terão no cálculo econômico do produtor para a próxima safra.*

A conclusão é de que a safra 1981/82 traz consigo o risco de que uma nova expansão significativa da oferta agrícola acabe arrastando os preços a níveis muito próximos ao dos custos de produção de algumas lavouras. Para evitar que isto venha a acontecer, caberia, ao governo, acompanhar mais de perto a evolução dos preços dos principais insumos agrícolas, nos próximos meses, e assegurar, no início da colheita, um financiamento adequado para a comercialização da safra.

Como no ano passado, o **Grupo de Informação Agrícola** *publicará o Prognóstico em duas etapas. Neste número, divulga-se o Prognóstico relativo às culturas temporárias (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo). No mês de setembro, então, será publicado o Prognóstico referente às culturas permanentes (cana-de-açúcar, cacau, café e laranja) e à atividade criatória (bovinocultura de corte e de leite, avicultura e suinocultura).*

AS MODIFICAÇÕES DA POLÍTICA AGRÍCOLA

PARA A SAFRA 1981/82, O GOVERNO INTRODUZIU UMA SÉRIE DE ALTERAÇÕES NAS REGRAS QUE ORIENTAM A ATIVIDADE DOS AGRICULTORES. O PROPÓSITO DESTE ARTIGO É ANALISAR OS MOTIVOS QUE INFLUÍRAM NA DECISÃO DO GOVERNO E MOSTRAR QUAL SERÁ O EFEITO DESTAS ALTERAÇÕES NO CÁLCULO ECONÔMICO DOS PRODUTORES PARA A PRÓXIMA SAFRA.

As modificações gradativas que o governo vem introduzindo na sua política agrícola merecem ser analisadas sob dois aspectos: o das motivações que o levaram a adotá-las e o da influência dessas alterações no meio rural, sobretudo no que diz respeito às intenções de plantio para a safra 1981/82. Com efeito, a próxima safra traz, em seu bojo, as seguintes alterações nas regras que orientam a atividade dos agricultores: elevação das taxas de juros para financiamento do custeio da produção, redução do percentual do Valor Básico de Custeio que é financiado a taxas de juros subsidiadas e fixação de um preço básico de garantia a ser reajustado, no momento da colheita, com base na variação do INPC.

As duas primeiras reformulações, conhecidas com grande antecedência pelos agricultores, dão continuidade à ação governamental, que teve início já na safra 1980/81, destinada a reduzir, paulatinamente, a massa de subsídios embutida nos financiamentos de custeio. A terceira providência, anunciada pouco antes da fixação dos novos preços mínimos pelo Conselho Monetário Nacional, obedece, por sua vez, a três razões fundamentais. A primeira delas, é a necessidade de preservar a remuneração futura do agricultor da erosão decorrente das altas taxas de inflação atuais. A dificuldade de estimar, com antecipação de vários meses, a evolução do ritmo da inflação e, mais particularmente, o aumento dos custos de produção das diversas lavouras, ficou evidente na última safra, quando boa parte dos preços mínimos fixados com antecedência aproximada de 8 meses, em relação à época de colheita, foi amplamente ultrapassada pela elevação dos preços dos principais insumos agrícolas. A segunda motivação, por trás da iniciativa do Conselho Monetário Nacional, é a expectativa, por parte do governo, de que a taxa de inflação sofra, nos próximos meses, uma redução gradativa. Desta forma, seria temerário reajustar os preços mínimos de garantia com base na inflação dos últimos 12 meses. Uma iniciativa deste tipo poderia obrigar o governo a adquirir grande parte da próxima safra no momento da colheita. Finalmente, o fato de que, este ano, a comercialização da maioria dos produtos agrícolas vem sendo feita a preços relativamente baixos para o produtor, deve ter contribuído, também, para a decisão do governo. O caso mais flagrante é o do arroz, cujo preço, a nível de produtor, medido em cruzeiros de valor constante, é o mais baixo dos últimos onze anos. O mesmo vem ocorrendo com os preços recebidos pelos produtores de milho e soja que, em termos reais, acham-se bem abaixo dos valores registrados nos últimos 3 ou 4 anos. Esta situação de relativa estagnação dos mercados agrícolas, para a qual contribuíram não apenas a expansão da oferta mas, também, a maior parcimônia do governo com relação à liberação de recursos para o financiamento da comercialização e a elevação das taxas de juros, permitiu, ao governo, fixar, como piso para a remuneração dos produtores, preços básicos que, em alguns casos, acham-se acima dos preços que vigoravam até recentemente no mercado.

Do ponto de vista do incentivo à produção, convém

QUADRO 1

BRASIL: Valores Básicos de Custeio Fixados pelo Governo e Valores Básicos de Custeio Estimados pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná

Produtividade	VBC Oficial (Cr$/ha)	VBC Deral (Cr$/ha	Diferença p/Cobertura com K Próprio Absoluto(Cr$/ha)	Em % do VBC do Deral	Produtividade Média Deral
			ALGODÃO (Em Cr$)		
Até 1.000 kg/ha	38.100				
1.001 - 1.200	43.800				
1.201 - 1.400	54.300	63.889,69	9.589,69	15	1.350 kg/ha
1.401 - 1.600	60.900				
1.601 - 1.800	69.300	72.432,40	3.132,40	4,32	1.650 kg/ha
> 1.800	76.200	82.302,63	6.102,63	7,41	1.950 kg/ha
			SOJA (Em Cr$)		
Até 1.250 kg/ha	17.000				
1.251 - 1.500	20.200				
1.501 - 1.750	22.000				
1.751 - 2.000	25.200	25.519,77	319,77	1,25	1.800 kg/ha
> 2.000	27.000	28.096,14	1.096,14	3,9	2.100 kg/ha
		34.710,34	7.710,34	22,21	2.400 kg/ha
			MILHO (Em Cr$)		
Até 900 kg/ha	7.700				
901 - 1.300	11.700				
1.301 - 1.700	13.400	21.833,19	8.433,19	38,62	1.680 kg/ha
1.701 - 2.100	16.200	25.277,24	9.077,24	35,91	1.980 kg/ha
2.101 - 2.500	18.900	27.877,24	8.987,24	32,22	2.280 kg/ha
2.501 - 3.000	21.800	31.594,13	9.794,13	30,99	2.520 kg/ha
		32.278,79	10.478,79	32,46	2.820 kg/ha
3.001 - 3.500	24.700				
3.501 - 4.000	28.400				
> 4.000	32.800				
			FEIJÃO (Em Cr$)		
Até 400 kg/ha	8.700				
401 - 600	18.200	19.334,10	1.134,10	5,86	420 kg/ha
		20.306,37	2.106,37	10,37	540 kg/ha
601 - 800	20.700	27.401,95	6.701,95	24,45	720 kg/ha
801 - 1.000	24.900	37.032,02			960 kg/ha
> 1.000	29.800	42.039,42			1.200 kg/ha
			ARROZ (Sequeiro) (Em Cr$)		
Até 1.000 kg/ha	12.700	14.946,48	2.246,48	15,03	900 kg/ha
1.301 - 1.600	20.600	24.202,86	3.602,86	14,89	1.440 kg/ha
Acima de 1.600	26.100	26.339,04	239,04	0,01	1.800 kg/ha

FONTE: CFP e Deral.

examinar, separadamente, o possível impacto dos VBC's, das novas normas de financiamento para custeio e dos preços básicos de garantia.

Valores Básicos de Custeio

Para a safra 1981/82, os Valores Básicos de Custeio foram reajustados, via de regra, em percentuais um pouco superiores ao da inflação registrada nos últimos 12 meses. Ocorre, no entanto, que os custos de produção experimentaram, no mesmo período, alta ainda mais acentuada. Tende a ampliar-se, desta forma, a costumeira divergência entre os VBC's estimados pelas Secretarias Estaduais de Agricultura, ou por órgãos representativos dos produtores, e os valores fixados pelo governo. O Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura do estado do Paraná, por exemplo, procede, anualmente, a um levantamento minucioso dos Valores Básicos de Custeio e dos custos de produção das principais lavouras daquele estado. O Quadro 1 compara os VBC's estimados pelo Deral com os valores aprovados pelo CMN. Verifica-se que a diferença entre os dois valores alcança, para o milho e para as faixas mais altas de produtividade no cultivo de soja e de feijão, percentuais bastante expressivos. Esta diferença deverá, independentemente da categoria em que se situe o produtor (mini, pequeno, médio ou grande), ser coberta com recursos do próprio agricultor. A situação parece particularmente preocupante no caso do milho, pois a necessidade de complementação de recursos para efetivação do custeio atingirá mais pesadamente os agricultores que se situam nas faixas de menor produtividade e que, portanto, têm menores possibilidades de obter um retorno adequado para seu investimento.

Novas normas de financiamento para custeio

Por outro lado, na safra 1981/82, os agricultores, de uma maneira geral, terão que pagar, nos empréstimos de custeio, uma taxa nominal de juros bem mais alta do que em anos anteriores. Este fato é decorrência não só da elevação da taxa de juros nos financiamentos do Sistema Nacional de Crédito Rural mas, também, da exigência, para médios e grandes produtores, de aplicação de uma parcela maior de capital próprio nas despesas de custeio da lavoura.

O Quadro 2 apresenta, para alguns exemplos selecionados, um cálculo dos encargos financeiros adicionais que recairão sobre os agricultores, em decorrência não só da elevação da taxa de juros nos financiamentos de custeio mas, também, em função da diferença entre os VBC's oficiais e os valores estimados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Nos casos em que os produtores farão juz a um financiamento integral do VBC, o impacto das novas normas que regem o crédito de custeio será ainda maior. É o que

QUADRO 2

Encargos Financeiros Adicionais em Decorrência da Elevação da Taxa de Juros para Custeio e da Complementação do VBC por parte do Agricultor – Casos Selecionados

Produto	Faixa de Produtividade (kg/ha)	Efeito da Elevação da Taxa de Juros (em Cr$/ha) (A)	Complementação do VBC(*) (em Cr$/ha) (B)	(A + B) (em Cr$/ha)	(A + B) VBC(**) (em %)
Algodão	1.350	1.792	2.060,55	3.852,55	6,0
Feijão	720	395	1.120,00	1.515,00	5,5
Milho	1.980	655	2.407,17	3.063,17	12,1
Soja	2.400	798	1.656,74	2.454,74	7,0
Arroz	1.800	974	230,72	1.204,72	4,6

(*) Diferença entre o VBC oficial e o VBC calculado pelo Deral, multiplicada pelo coeficiente 0,7, pela taxa de juros mensal de 5,5% e pelo número de meses correspondente ao ciclo da respectiva lavoura.
(**) Considerou-se, nesta relação, os VBC's estimados pelo Deral.
FONTE: Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná (Deral).

acontecerá, por exemplo, com os produtores de soja do Paraná com produtividade superior a 2.400 kg/ha e área plantada da ordem de 80 ha. Estes agricultores pertencem à categoria dos produtores médios e, por isso, só terão financiamento subsidiado até 80% do VBC oficial. Os 20% restantes terão que ser obtidos a taxas de juros de mercado. Considerando-se uma taxa de juros mensal de 5,5%, estes produtores teriam uma despesa adicional de Cr$ 6.942,00/ha, o que elevaria o percentual do Quadro 2 para 13,21%.

Preços Básicos de Garantia

Estas modificações nas regras de financiamento têm duas implicações importantes. A primeira se refere à rentabilidade do empreendimento agrícola, caso o aumento dos custos de produção, conseqüência da alta da taxa de juros, não venha a ser compensado por uma elevação proporcional do preço recebido pelo agricultor, no momento da comercialização da safra. A segunda, diz respeito ao risco financeiro do agricultor, singularmente acrescido pelas novas normas de financiamento da produção.

É difícil saber-se, com antecipação, se os preços de mercado, por ocasião da colheita da safra 1981/82, serão de molde a contrabalançar o ônus financeiro adicional que se exige, atualmente, do agricultor brasileiro. Os níveis de preço de uma safra dependem, entre outras coisas, do volume de produção, das taxas de juros e da disponibilidade de crédito nos financiamentos para a comercialização e dos preços mínimos de garantia, que funcionam como fator de sustentação

QUADRO 3 *BRASIL: Custo Variável de Produção e Projeção do Preço Mínimo de Garantia para a Safra 1981/82 (em Cr$)*

Produto e Faixa de Produtividade	Custo Variável de Produção (A)	Preço Mínimo na Colheita(**) (B)	(B)/(A)	Custo Fixo de Produção/ Custo Variável (em %)
ALGODÃO (15 kg)				
1.350 kg/ha	794,04	944,48	1,19	39
1.650 kg/ha	738,38	944,48	1,28	41
1.950 kg/ha	709,74	944,48	1,33	43
ARROZ (50 kg) (sequeiro)				
900 kg/ha	926,90	1.378,80	1,49	65
1.440 kg/ha	932,53	1.378,80	1,47	50
1.800 kg/ha	821,77	1.378,80	1,68	52
FEIJÃO (60 kg)				
420 kg/ha	2.993,50	3.698,73	1,23	35
540 kg/ha	2.446,05	3.698,73	1,51	59
720 kg/ha	2.475,53	3.698,73	1,49	57
960 kg/ha	2.808,94	3.698,73	1,47	52
1.200 kg/ha	2.285,81	3.698,73	1,62	56
MILHO (60 kg)				
1.680 kg/ha	878,44	1.013,42	1,15	37
1.980 kg/ha	878,10	1.013,42	1,15	37
2.280 kg/ha	831,87	1.013,42	1,22	37
2.520 kg/ha	850,46	1.013,42	1,19	36
2.820 kg/ha	774,77	1.013,42	1,31	50
SOJA (60 kg)				
1.800 kg/ha	954,54	1.302,97	1,36	58
2.100 kg/ha	912,05	1.302,97	1,43	68
2.400 kg/ha	978,81	1.302,97	1,33	59

(*) Igual ao Valor Básico de Custeio do Deral acrescido dos juros sobre a caixa média.
(**) Estimado com base numa variação média do INPC de 5,5% ao mês até o início da colheita.
FONTE: CFP e Deral.

das cotações. Destes três elementos, o único que geralmente é conhecido com antecedência é o preço mínimo de garantia.

Este ano, no entanto, a decisão do governo de reajustar o preço básico de garantia em função da variação do INPC até a época da colheita impede uma comparação simples entre preço mínimo de garantia e custo de produção. É possível, no entanto, formular um certo número de hipóteses com relação à inflação futura e, a partir delas, verificar quais são as possibilidades de que o novo preço mínimo forneça aos produtores uma garantia de mercado adequada.

O Quadro 3 compara, para cinco cultivos, o custo variável de produção (entendido como o Valor Básico de Custeio acrescido dos juros sobre a caixa média) e o preço mínimo de garantia que vigoraria no momento da colheita, na hipótese de uma taxa média de variação mensal do INPC da ordem de 5,5%. Verifica-se que a relação preço mínimo/custo variável é mais alta para a soja, o arroz e o feijão. Esta vantagem, no entanto, é contrabalançada, em ambos os casos, pelo maior peso relativo dos custos fixos de produção(*).

Nota-se, ao mesmo tempo, que para o milho e o algodão, a cobertura proporcionada pelo preço mínimo de garantia mostra-se relativamente estreita, tendo em vista, sobretudo, que o Valor Básico de Custeio não inclui as despesas com arrendamento de terras, depreciação de máquinas e equipamentos e remuneração do capital fixo. Por outro lado, uma comparação com os números de 1980 mostraria que, difilmente, os preços básicos serão reajustados, na época da colheita, de molde a estabelecer uma relação preço mínimo de garantia/Valor Básico de Custeio (acrescido dos juros sobre a caixa média) equivalente à que prevaleceu na safra passada.

Tudo indica, portanto, que o governo, ao fixar os parâmetros da política agrícola para a safra 1981/82, decidiu correr um risco calculado, baseado no pressuposto de que as duas últimas safras foram suficientes para capitalizar o agricultor brasileiro. Apostou, também, numa reação psicológica favorável dos produtores, diante de preços básicos que, com a exceção do feijão, foram fixados em níveis superiores aos dos preços médios de mercado que vigoraram no início da comercialização da safra 1980/81 (v. Quadro 4) e de reajustes dos VBC's em percentuais compatíveis com a taxa de inflação dos últimos 12 meses. Apesar disto, a safra 1981/82 traz consigo o risco de que uma nova expansão significativa da oferta agrícola acabe arrastando os preços a níveis muito próximos, ou mesmo inferiores, às despesas de produção efetuadas pelo produtor. Para evitar que isto aconteça, cabe, ao governo, acompanhar mais de perto a evolução dos preços dos principais insumos agrícolas, nos próximos meses, e assegurar, no início da colheita, um financiamento adequado para a comercialização da safra.

(*) É importante lembrar que os dados do Quadro 3 não podem servir de indicador da rentabilidade relativa dos diversos cultivos sem informações adicionais. É possível, por exemplo, que um sojicultor que obtenha, no cultivo da leguminosa, um rendimento por hectare de 2.400 kg, possa converter-se em produtor de milho com produtividade potencial de 4.000 kg/ha. Neste caso, seria interessante, para o agricultor em questão passar a cultivar o cereal.

QUADRO 4

BRASIL: Preços Básicos (Safra 1981/82) e Preços Recebidos pelos Produtores na Comercialização da Safra 1980/81 (em Cr$)

Produto	Preço Básico (A)	Preço Recebido(**) (B)	(A)/(B)
Algodão (15 kg)	685,00	559,44	1,22
Arroz (50 kg)(*)	1.000,00	764,83	1,31
Milho (60 kg)	735,00	599,40	1,23
Feijão (60 kg)	8.150,00	4.185,00	0,75
Soja (60 kg)	945,00	885,79	1,07

(*) Preço recebido pelos produtores do Rio Grande do Sul, os demais valores referem-se ao estado do Paraná.
(**) Média simples dos três meses em que se concentra a comercialização a nível dos produtores.
FONTE: CFP e IBRE/CEA/FGV.

ALGODÃO

OS INCENTIVOS CONCEDIDOS À COTONICULTURA, PARA A SAFRA 1981/82, EMBORA NÃO SE TENHAM EQUIPARADO AOS DA SAFRA PASSADA, PODEM SER CONSIDERADOS RAZOAVELMENTE ATRAENTES. PRINCIPALMENTE PORQUE OS VBC's E OS PREÇOS BÁSICOS FIXADOS PARA O MILHO E PARA A SOJA NÃO FORAM BEM RECEBIDOS, MANTENDO-SE O ALGODÃO UMA BOA OPÇÃO PARA O PRÓXIMO PLANTIO.

O mercado brasileiro de algodão, desde o final do ano passado, entrou num ciclo baixista de preços, provocado, entre outras causas, pela liberação da importação de 31,8 mil t de algodão em pluma de tipos superiores, que não existiam em disponibilidade internamente. Os prejuízos causados pela chuva nas plantações de algodão da região meridional e a quebra da safra nordestina, também em virtude de fatores climáticos, reduziram significativamente a participação dos tipos melhores no total produzido. Além disso, a elevação da taxa de juros interna forçou um certo desaquecimento nas atividades da indústria têxtil que, associado ao fraco desempenho das exportações durante o primeiro quadrimestre deste ano, acabou resultando num nível de negócios muito fraco.

Ressalte-se, porém, que a queda nas exportações de têxteis deveu-se, principalmente, à perda de competitividade de nossos produtos causada, basicamente, pela elevação dos custos de produção internos e pela queda no preço dos produtos no mercado internacional.

No ano passado, o nível elevado de preços atingido pela fibra, devido às quebras de safra, fez com que o setor industrial solicitasse ao governo a importação de 31,8 mil t de algodão em pluma, em regime de ***draw-back***. O objetivo dessa operação seria o de equilibrar o mercado doméstico, visto que os preços praticados estavam artificialmente elevados, contrastando com o que ocorria no mercado externo, cujo nível de preços era nitidamente inferior. Muito embora uma parcela mínima (3,5 mil t) do volume solicitado tenha sido importada, a concessão da licença, ocorrida quase na entrada da safra meridional 1980/81, exerceu uma influência baixista nos preços. Neste ponto, é oportuno destacar que, reforçando a intervenção oficial, a excelente safra colhida na região meridional, cuja qualidade dos algodões melhorou significativamente, tornou-se um fator negativo a mais a influenciar os preços. Junte-se a isso a expectativa favorável relativa à próxima safra nordestina, cujos prejuízos causados pelo ataque de lagartas ficaram bem aquém do esperado. Estes fatores resultaram, pois, num balanço folgado do mercado, com uma oferta estimada entre 718 e 743 mil t de algodão em pluma para um consumo previsto inicialmente no mesmo nível do ano passado e, posteriormente, reduzido para cerca de 530 mil t.

A redução no consumo de algodão reflete a fase crítica por que passa a indústria têxtil nacional,

à semelhança do que ocorre também nos países industrializados, onde o consumo de têxteis vem declinando desde o início do ano. Um exemplo disso é a redução das exportações norte-americanas e do consumo de algodão nos próprios EUA. Deve-se lembrar, entretanto, que a queda nas exportações norte-americanas reflete também, de maneira mais geral, a perda de competitividade dos produtos daquele país, em virtude da valorização do dólar no mercado internacional.

A queda recente nas exportações brasileiras de artigos têxteis fez o governo promover alterações na política de vendas externas, no sentido de reverter este quadro. Assim, no início de abril, foi instituído o crédito-prêmio de IPI de 15%. Esta medida, contudo, não conseguiu influenciar as exportações ainda no primeiro semestre. Espera-se, porém, que exerça uma influência nas exportações do segundo semestre do ano.

No tocante ao algodão em pluma, o governo decidiu autorizar a exportação de 30 mil t. Para tornar factível essa medida, devido à gravosidade do preço do produto nacional, foi autorizada uma redução de 10% no Imposto de Exportação. Além disso, como forma de incentivo, tomou as seguintes medidas: prorrogação do pagamento do EGF até 31 de agosto; redução retroativa da taxa de juros dos 65% a.a. iniciais para 50% a.a. nos EGF's contratados por indústrias e maquinistas; e dilatação do prazo de recolhimento do ICM para 180 dias, através de acordo com os governos estaduais do Paraná e de São Paulo, estabelecido na reunião do CONFAZ no último dia 2 de julho.

Com o objetivo precípuo de reduzir a gravosidade do preço do algodão nacional, essas medidas só foram efetivar-se, entretanto, no final de julho, época em que o mercado internacional encontra-se normalmente parado à espera da entrada da próxima safra no Hemisfério Norte, o que dificultou a colocação do produto brasileiro. Vale lembrar que as projeções referentes à safra 1981/82 do Hemisfério Norte demonstram que a colheita será superior à de 1980/81. Particularmente, a produção norte-americana deverá recuperar-se dos reveses climáticos da temporada anterior, colhendo 13,88 milhões de fardos (ver Quadro 1). Por outro lado, o consumo mundial, que experimentou significativa redução este ano, deverá voltar aos mesmos níveis de 1980. Assim, o mercado mundial, no ano de 1982, tenderá a estabilizar-se, operando num regime de suprimento folgado. O único país que deverá apresentar um aumento no consumo em 1982, em relação ao de 1980, será a República Popular da China. Esta elevação resultará numa maior importação por parte daquele país, em virtude da provável quebra na sua safra, causada pelas recentes inundações na principal região produtora chinesa.

Em 1982, pode-se esperar uma ligeira recuperação no comércio internacional de artigos têxteis, como resultado de um melhor desempenho das economias mundiais e da renovação do Acordo Multifibras, cujas negociações se iniciaram em maio, num encontro que reuniu 27 países produtores do Terceiro Mundo, em Hong Kong. Naquela ocasião, os países em desenvolvimento decidiram não negociar nenhum acordo bilateral sem uma definição prévia do Acordo Multifibras, que rege o comércio de têxteis em suas bases mais gerais. Por outro lado, os países desenvolvidos, principalmente os membros da CEE, ainda não chegaram a um consenso. Os mais radicais — França, Inglaterra e Itália — defendem uma série de medidas para proteger seus mercados da entrada crescente de produtos originários dos países em desenvolvimento, cujos preços competitivos resultam em sérias crises nas indústrias locais. As medidas defendidas são,basicamente: redução da taxa de crescimento de 6% a.a. das quotas de importação; manutenção da cláusula pela qual um país importador se desobriga a cumprir a importação determinada na quota de importação, alegando problemas econômicos internos; e a utilização dos princípios da "diferenciação" e da "reciprocidade", pelos quais os países exportadores serão beneficiados, em maior ou menor grau, em função do seu estágio de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que deverão abrir os seus mercados domésticos aos produtos têxteis provenientes dos países desenvolvidos, em sua maioria fabricados com fibras sintéticas.

Em nova reunião, marcada para o final de setembro, as bases do acordo que regerá o comércio internacional de têxteis no período 1982/85, ao que tudo indica, deverão ser um pouco mais favoráveis aos países em desenvolvimento do que as atuais. Essa nova tendência do Acordo Multifibras, ao contrário da sua última renovação em 1977, resulta do maior poder de pressão dos paí-

QUADRO 1

ALGODÃO EM PLUMA: Principais Países Produtores — Produção e Consumo
(em milhões de fardos - 480 lb)

Países	Safra 1980/81 (1)		Safra 1981/82 (2)		Δ %	
	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
EUA	11,1	5,8	13,8	6,2	24,32	6,9
URSS	14,3	...	13,0	9,5	-9,09	...
China	12,4	15,5	11,8	16,0	-4,84	3,2
Índia	6,1	...	6,4	6,3	4,92	...
Paquistão	3,2	...	3,2	2,2	...	...
Brasil	2,8	2,5	2,8	2,7	...	8,0
Turquia	2,2	...	2,2	1,4	...	...
Egito	2,4	...	2,2	1,4	-8,33	...
México	1,6	...	1,6	0,8	...	...
Outros	9,4	...	9,7	21,2	3,19	...
Total Mundial	65,5	66,8	67,6	68,1	3,21	2,0

(1) estimativa.
(2) projeção.
... dados não disponíveis.
FONTE: USDA.

ses do Terceiro Mundo, unificados em suas principais reivindicações. O desempenho das economias desenvolvidas, durante o segundo semestre deste ano será um fator decisivo a influenciar as negociações finais do acordo, pois determinará o nível de protecionismo a ser defendido por cada um deles.

O mercado interno, depois do fraco desempenho no primeiro semestre, deverá sofrer uma ligeira recuperação no último semestre do ano. Isto porque o nível atual dos estoques das confecções têxteis é extremamente baixo, propiciando condições para a retomada dos negócios. Neste sentido, está previsto um pequeno aumento no consumo *per capita* desses artigos.

Por outro lado, os incentivos concedidos à exportação devem também resultar em maiores vendas externas, uma vez que, nos últimos meses, a aceleração no ritmo das mini-desvalorizações vem, gradativamente, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros. O volume de têxteis exportados no primeiro quadrimestre deste ano experimentou uma redução de 2,6% em relação a igual período de 1980, enquanto a entrada de divisas declinou em 8,75%, o que significa uma redução de 6,4% no preço médio dos têxteis exportados pelo Brasil.

Quanto ao algodão em pluma, a disputa no mercado externo deverá tornar-se ainda mais difícil, na medida em que se espera uma alta interna, em decorrência do preço básico definido pelo governo, no último dia 21 de julho, para a próxima safra meridional 1981/82. Este incremento deverá anular os incentivos dados à exportação, mantendo, assim, a gravosidade do algodão brasileiro. Das 30 mil t liberadas para exportação pela Cacex, somente cerca de 50% haviam sido contratadas até o final do mês de julho, restando ainda 15 mil t para serem colocadas no mercado externo. Mantendo-se,

entretanto, as atuais condições de mercado, estas vendas estão praticamente inviabilizadas.

A próxima safra da região Centro-Sul deverá ficar estabilizada nos mesmos níveis da safra anterior, isto é, cerca de 458 mil t de algodão em pluma, uma vez que os possíveis aumentos na área plantada no Paraná serão compensados por uma retração na área no estado de São Paulo, em virtude do avanço da cana-de-açúcar sobre a cotonicultura. Este fato deverá ocorrer, muito embora, segundo dados preliminares, a área plantada no Paraná, na safra 1980/81, tenha sofrido uma redução de 4,95%, enquanto a área algodoeira paulista manteve-se constante (ver Quadro 2).

No Paraná, maior produtor nacional, a área deverá ocupar aproximadamente 340 mil ha, um pouco superior à da safra 1980/81. Por sua vez, em São Paulo, o segundo maior produtor nacional, é provável que a área algodoeira sofra uma redução, face à expansão da cana-de-açúcar, fenômeno que vem ocorrendo desde 1973, à exceção do ano passado. Nos demais estados produtores, a área plantada com algodão deverá manter-se constante em relação à safra passada (ver Quadro 2).

Os incentivos concedidos à cultura, através da política de crédito agrícola, embora em níveis levemente inferiores aos da safra passada, podem ser considerados razoáveis, na medida em que os VBC's e preços básicos para as culturas do milho e da soja, principais concorrentes do algodão, foram igualmente considerados insatisfatórios pelos produtores. O VBC do algodão, para a safra 1981/82, manteve a mesma relação com o custo variável da safra passada (cobre cerca de 81% do custo total variável). Os do milho e da soja passaram de 75,22% para 55,69%, e de 81,08% para 78,78%, respectivamente. Isto significa que os produtores de soja e milho, este ano, terão que desembolsar maior parcela de recursos próprios para o plantio de suas lavouras do que o fizeram na safra anterior, enquanto os cotonicultores terão que dispender, proporcionalmente, a mesma quantia.

QUADRO 2

BRASIL – ALGODÃO HERBÁCEO: Produção, Área e Produtividade Média nos Principais Estados Produtores – Safras 1979/80 e 1980/81

Estados	Safra 1979/80			Safra 1980/81		
	Produção(t)	Área(ha)	Produtividade (kg/ha)	Produção(t)[1]	Área(ha)	Produtividade (kg/ha)
Minas Gerais	107.089	103.090	1.039	127.089	169.729	749
São Paulo	487.800	270.000	1.807	464.130	270.000	1.719
Paraná	556.317	336.662	1.652	545.000	320.000	1.703
Mato Grosso do Sul	69.046	44.373	1.556	75.831	46.676	1.625
Mato Grosso	4.914	4.480	1.097	8.058	7.194	1.120
Goiás	62.900	31.450	2.000	69.480	38.600	1.800
Total	1.288.066	790.055	1.630	1.289.588	852.199	1.512

1 Dados preliminares.
FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – IBGE (junho-1981).

A nova política de preços mínimos, a vigorar a partir da safra 1981/82, vem atender a uma antiga reivindicação da classe produtora, ou seja, de que os preços definidos na época de plantio sejam corrigidos na época da colheita, em virtude das altas taxas inflacionárias que marcam a economia brasileira nos últimos anos. O aumento dos custos de produção, durante o período de desenvolvimento da cultura, reduzia o ganho do produtor, uma vez que o preço mínimo previamente fixado não sofria nenhuma correção posterior. Pela nova sistemática dos preços mínimos, o produtor receberá o preço básico, reajustado pelo INPC acumulado no período de julho até o mês anterior ao do início da comercialização. No caso do algodão, soja e milho, o reajustamento será feito com base no INPC acumulado no período de julho a janeiro de 1982. Este novo preço mínimo deveria, em princípio, garantir uma melhor remuneração ao produtor, tendo em vista que o preço que receberá pela produção considerará os aumentos havidos no conjunto da economia. Corrigindo-se, porém, os valores básicos fixados agora por índices acumulados estimados para o INPC no período correspondente, chegar-se-á à conclusão de que a remuneração mínima, oferecida pelos preços mínimos na safra 1981/82, dificilmente repetirá o mesmo nível de garantia da safra passada, quando facultou ao cotonicultor um lucro de cerca de 20%, de acordo com os custos totais estimados inicialmente pela CFP e pelo DERAL (Depto. de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná). Partindo-se da hipótese de que o reajuste seja feito com base num índice acumulado de cerca de 37,9%, o que significa um INPC médio de 5,5% a.m., o preço mínimo recebido pelo produtor, em fevereiro, será de cerca de Cr$ 950,00/@ , valor que é 15,45% inferior ao custo total de produção estimado para a safra 1981/82 para a cultura do algodão no Paraná (produtividade média de 1.650 kg/ha). Para que a relação anterior entre preço mínimo e custo de produção se mantivesse, o INPC acumulado teria que ser de 95,7% (INPC médio de 11,7% a.m.) no período de julho a janeiro de 1982, o que resultaria num preço mínimo de Cr$ 1.340,64/@ do algodão em caroço. Por outro lado, para que o preço mínimo fosse igual ao custo de produção estimado pelo DERAL para a safra 1981/82, Cr$ 1.117,29/@ , o INPC médio teria que alcançar a casa dos 8,5% a.m. Deve-se destacar que os custos de produção estimados pela CFP para a próxima safra não deverão ser muito inferiores ao provável preço mínimo de Cr$ 950,00/@ , uma vez que os custos revisados em outubro, para a safra passada, já chegavam a Cr$ 462,76/@ , para uma produtividade de 1.510 kg/ha. É oportuno lembrar que a nova sistemática, além de atender aos apelos da classe produtora, foi posta em prática justamente para evitar que se formasse uma expectativa inflacionária a partir da fixação dos preços mínimos. Mas, diante da expectativa de que a inflação interna, a partir do segundo semestre, entre em fase descendente, pode-se concluir que o produtor, na safra que vem, dificilmente conseguirá ter os ganhos auferidos na safra passada, de acordo com os preços garantidos pelo governo.

Assim, a decisão de plantar, este ano, vai depender mais da expectativa dos produtores com relação ao comportamento do mercado de cada produto,do que do preço oferecido pelo governo. Vale lembrar que um ponto favorável, relativo à cultura do algodão, deverá ser o excelente rendimento médio obtido durante a safra passada que, diminuindo os custos totais de produção, propiciou ao cotonicultor maiores ganhos.

As primeiras estimativas pertinentes à próxima safra meridional revelam que a situação de folga prevalecente no mercado, em 1981, deverá persistir em 1982, caso não se consiga escoar para o exterior parte do excedente, da ordem de 120 mil t, com que se fechará o corrente ano.

Partindo-se do princípio de que a próxima safra meridional será igual à passada, e estimando-se um estoque remanescente em torno de 170 mil t, somados a uma produção nordestina de cerca de 140 mil t de algodão em pluma, ter-se-á uma oferta total de 770 mil t em 1982. Caso o consumo experimente uma recuperação e volte aos níveis de 1980, isto é, em torno de 570 mil t, sobrarão 200 mil t, que, uma vez deduzido o estoque desejável de 95 mil t (dois meses de consumo), resultam num excedente exportável de 105 mil t. As possibilidades de colocação desse excedente no mercado externo irão depender, basicamente, da política cambial brasileira, da evolução dos preços do algodão no mercado interno e externo e de possíveis incentivos adicionais dados pelo governo à exportação do algodão em pluma.

ARROZ

OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA NÃO CONSEGUIRÃO, ESTE ANO, CONTRABALANÇAR UMA TENDÊNCIA À ESTAGNAÇÃO QUE JÁ SE DELINEAVA NA SAFRA PASSADA. COM EFEITO, OS NOVOS VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO FORAM CONSIDERADOS APENAS SATISFATÓRIOS E O PREÇO BÁSICO, MESMO SABENDO-SE QUE SERÁ CORRIGIDO, NÃO É VISTO COMO FATOR DE ESTÍMULO. DESTE MODO, PARECE DIFÍCIL QUE SE MANTENHA A ÁREA PLANTADA DE 1980/81, O QUE PODERÁ AFETAR O ABASTECIMENTO, EM 1982/83.

A atual comercialização do arroz vem repetindo o desempenho insatisfatório apresentado no ano comercial anterior. De fato, seja no nível do que recebe o produtor, seja nas cotações do atacado ou no preço pago pelos consumidores, o mercado tem-se caracterizado pela longa vigência de preços baixos que, como comentado em **Agroanalysis**, vol. 5, nº 6, mantêm-se, seguidamente, em níveis inferiores aos de um ano atrás.

As causas para esta conjuntura depressiva podem ser encontradas na elevada oferta de arroz da safra 1979/80, que atingiu um número inédito, legando um vultoso excedente; nas importações do produto no segundo semestre de 1980 (das quais ainda não se vendeu nem a metade) e no volume da safra deste ano. Esta, mesmo desfalcada pela estiagem, ainda foi capaz de propiciar a terceira maior colheita da história da orizicultura brasileira.

Através do Quadro 1, pode-se observar a situação estatística do mercado, não sendo difícil, então, perceber o porquê dos preços baixos e das recentes reivindicações dos produtores.

Com efeito, o arroz, produto alimentício de fundamental importância para o abastecimento interno, tem sido, ao longo dos anos, alvo de preocupações governamentais quanto a sua disponibilidade. No entanto, tal preocupação pautou-se mais pela garantia de um fornecimento "tranqüilo"

QUADRO 1

BRASIL — Balanço de Oferta e Demanda de Arroz em Casca — Safra 1980/81 — 1.000 t

Estoque inicial	1.640
Produção	9.120
Oferta	10.760
Consumo	9.660
Excedente	1.100
Importação	–
Exportação	50
Estoque final	1.050

FONTE: CFP.

à população (daí os sucessivos tabelamentos) do que pelo incentivo à produção. A razão para este fato pode ser visualizada no Quadro 2, em que são apresentados alguns dos resultados do ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar) quanto ao consumo de calorias e proteínas, no país. Cabe ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida no período compreendido entre julho de 1974 e julho de 1975, quando vigoraram preços relativamente mais elevados do que os atuais, sendo lícito supor que a presença do cereal nas mesas da população tenha-se ampliado.

Conseqüentemente, o produto possui uma elevada participação na composição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, cujas variações são atentamente acompanhadas pelas autoridades governamentais.

Contudo, a dimensão do arroz no contexto global da agricultura brasileira é bem mais expressiva. Trata-se, afinal, da lavoura que ocupou, no último quinqüênio, segundo o IBGE, o terceiro lugar em termos de extensão de sua área cultivada

QUADRO 2

ARROZ – Áreas Selecionadas: Participação do Produto no Consumo Diário de Calorias e Proteínas por Comensal – Julho/74 a Julho/75 – (%)

Área	Caloria	Proteína
São Paulo		
meio urbano	21,8	13,3
meio rural	32,1	24,3
Rio de Janeiro		
meio urbano	20,2	11,9
meio rural	20,1	15,5
Minas Gerais e Espírito Santo		
meio urbano	20,7	14,6
meio rural	21,5	16,7
Norte e Centro-Oeste		
meio urbano	9,6	5,4
meio rural	–	–
Nordeste		
meio urbano	6,7	4,1
meio rural	12,8	8,9
Distrito Federal		
meio urbano	24,3	15,1
Sul		
meio urbano	17,5	10,8
meio rural	17,8	12,2

FONTE: ENDEF (FIBGE).

e do valor da produção e o quarto lugar, no que se refere ao volume produzido, entre as culturas temporárias, no país.

Conscientes da posição destacada que ocupam no cenário agrícola brasileiro, os orizicultores do Centro-Oeste (o arroz é a cultura mais importante da região dos cerrados) logo seguidos pelos do Sul, reclamaram mudanças na ação governamental dirigida ao setor.

Esta caracteriza-se pela perseguição de um único objetivo: constituição de estoques capazes de garantir a oferta regular do produto a preços acessíveis, tendo-se pensado que um montante do produto estocado equivalente a um mês de consumo (cerca de 800 mil t de arroz em casca) seria o ideal. Ao que parece, tal quantidade do cereal já foi adquirida pelo governo federal, havendo a possibilidade de que, caso o IRGA consiga atingir sua meta de compra de 300 mil t de arroz, todo o estoque remanescente da atual safra fique em mãos do Estado. Nesta hipótese, o controle sobre os preços, no próximo ano, deverá ser facilitado.

Todavia, há fatores de difícil mensuração, que poderão prejudicar a plena efetivação de uma política de formação de estoques, na área da orizicultura. Pode-se dizer que estes fatores agem entrelaçadamente para compor as intenções de plantio dos agricultores e, se entre eles estão os preços, as cotações em bolsas de mercadorias, e a política econômica para a agricultura, por trás, como pano de fundo, situam-se as características estruturais do setor. Ou seja, há tendências evolutivas subjacentes, que podem ser aceleradas, ou não, conforme atuem os agentes econômicos envolvidos.

No caso da orizicultura brasileira, além da multiplicidade de sistemas de produção (ver **Agroanalysis**, vol, 5, nº 3) existem diferenciações profundas, no nível sócio-econômico, entre as regiões produtoras.

Assim, como acontece com todas as lavouras de baixo valor por unidade de área, como o são as de alimentos básicos, o arroz tende a ceder espaços a outras culturas que permitam melhor remuneração dos fatores produtivos, nas regiões em que se verifica um processo de "modernização". Isto ocorre com o arroz de sequeiro e pode servir como exemplo a diminuição do plantio já ocorrida na safra 1980/81, no Mato Grosso do Sul, onde a soja e o milho penetraram em áreas orizícolas. Por outro lado, nas regiões em que preponderam as pequenas explorações não mecanizadas, as culturas alimentícias tendem a expandir-se, não necessariamente em área mas, também, através da possibilidade de consorciamento com outras lavouras. Nas áreas de plantio mais tecnificadas, porém, onde é adotada a irrigação, a predominância é da lavoura solteira, tipo de cultivo que melhor se adapta à necessidade de especialização. É o caso, por exemplo, dos arrozais gaúchos (98,7% de plantio simples e 1,3% de cultivo associado ou intercalado, segundo o último Censo).

Nas áreas de fronteira agrícola, contudo, o quadro é diferente. Evidentemente, a prática generalizada é o cultivo de sequeiro, por vezes intimamente associado aos movimentos da pecuária. Nestas regiões, a atividade criatória, ao contrário do que ocorre em regiões em que a fronteira agrícola já está consolidada, ou que possuem lavouras mais modernas, não concorre com lavouras pré-existentes. Por seu caráter de garantia de ocupação do solo em áreas pioneiras e de reserva de valor, a pecuária propicia a conquista de áreas para o arroz, que antecede a formação do pasto e progride por novas terras, após sua constituição.

O Quadro 3 apresenta a evolução da área cultivada e da produção de arroz nos principais estados produtores e permite observar a forte discrepância entre o aumento no plantio do cereal no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por um lado, e nos estados centrais, por outro. Pode-se ver, também, a grande retração da área orizícola em São Paulo, estado de agricultura bastante desenvolvida, mas não irrigada, cuja fronteira agrícola há muito se fechou e a redução no Paraná, área pioneira há alguns lustros, na qual o processo de modernização agrícola implicou profundas mudanças no campo. Observe-se que, neste estado, a retração da área não acarretou idêntico movimento na produção, compensada pela elevada produtividade obtida na safra 1980/81 (1.920 kg/ha).

Entre as regiões de fronteira agrícola, poderia ser citado o exemplo notável de Rondônia que, partindo de uma base menor, uma área semeada de 50 hectares, com uma colheita de 50 toneladas, em 1950, atingiu, na última safra, 125 mil hec-

QUADRO 3

BRASIL – Estados Selecionados: Evolução da Área Cultivada e da Produção de Arroz – 1960, 1970[1] e 1980 (1950 = 100)

Estado	Área			Produção		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
São Paulo	94	109	49	93	106	41
Paraná	250	559	415	219	483	539
Rio Grande do Sul	141	178	264	152	264	431
Santa Catarina	184	257	460	165	261	524
Mato Grosso[2]	503	1.030	4.249	353	987	2.470
Maranhão	275	720	1.199	240	583	854
Goiás	289	604	870	228	384	314

[1] os dados de 1970 referem-se à área colhida.
[2] inclui o Mato Grosso do Sul.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: SUPLAN-MA, para 1950, 1960 e 1970 e CFP, para 1980 (safra 1980/81).

tares cultivados com arroz e uma produção de 217 mil toneladas.

É justamente em terras de Rondônia e dos estados amazônicos, ainda pequenos produtores, mas apresentando boas produtividades, em razão da permanente utilização de terras recém-abertas à agricultura, que deverá prosseguir a expansão da orizicultura, na próxima safra. Isto porque o desempenho da safra 1980/81 não sugere o prosseguimento da ampliação do plantio do cereal nos estados centrais. Aliás, não só o comportamento dos preços e a própria frustração da colheita respondem pelo atual desalento dos agricultores daquela região, quanto ao arroz. A fixação do VBC para a safra 1981/82, para a faixa de produtividade mais freqüente naqueles estados, entre 1.001 e 1.300 kg/ha, em Cr$ 15.100,00, não teve, também, boa acolhida. De fato, as cooperativas do Centro-Oeste haviam solicitado um VBC de Cr$ 27.771,00 para esta faixa e consideraram o valor fixado excessivamente baixo.

Ao que tudo indica, os instrumentos de política agrícola não terão, este ano, força suficiente para contrabalançar a tendência à estagnação que já se delineava no ano passado. Com efeito, o cultivo do cereal será mantido nas regiões estritamente definidas como de expansão de fronteira, como o Mato Grosso e Rondônia e naquelas em que possui características de produção bastante rústicas, como o Maranhão.

As alterações promovidas no VBC do arroz, com a diferenciação por regiões (ver Quadro 4) e por sistemas de cultivo, incluindo a separação, pela primeira vez, das lavouras "de toco", poderão apresentar um incentivo, ainda que precário, à preservação do cultivo. Todavia, outras culturas deverão substituir o arroz em diversas áreas, servindo como indicador preliminar desta tendência o pedido feito pelos agricultores mato-grossenses de uma linha de crédito especial para a aquisição de calcário. Ora, o arroz não irá utilizar este calcário, mas a soja. . .

Por sua vez, o Rio Grande do Sul, estado que concentra a maior parte das lavouras irrigadas no país e contribuiu com 28% da colheita da safra 1980/81, apresenta dificuldades naturais de ampliação de sua área cultivada. Atualmente, contudo, pode-se imaginar que, se isto ocorrer, será de forma bastante discreta, pois aos problemas natu-

rais, juntam-se as dificuldades do mercado. Se os VBCs não chegaram a desagradar totalmente aos orizicultores (na faixa de 4.000 kg/ha, as cooperativas reivindicavam Cr$ 70 mil e foram estabelecidos Cr$ 64.100,00), os preços de mercado não foram favoráveis, embora não tenham sido tão prejudiciais como em outros estados. Realmente, enquanto o custo de produção da saca de 50 quilogramas, atualizado pelo IRGA, em janeiro passado, alcançou Cr$ 992,04, nas lavouras com produtividade de 4.000 kg/ha,os preços médios recebidos pelos orizicultores gaúchos, segundo o Sibrater, no período entre janeiro e maio, chegaram a Cr$ 973,00. Tal média reflete os baixos preços vigentes no primeiro trimestre, cuja recuperação posterior não foi suficiente sequer para superar o custo calculado pelo IRGA, em termos reais.

Evidentemente, haverá ainda outros problemas, como a necessidade de complementação dos recursos para o plantio com capitais próprios, nos percentuais de 40% para os grandes e de 20% para os médios produtores. Segundo o IRGA, os grandes produtores (mais de 3.000 MVR de produção) ocupam 55,8% da área orizícola estadual, com propriedades de mais de 140 hectares e os médios produtores (de 600 a 3.000 MVR e de 28 a 140 ha) são responsáveis por 33,5% da área. A elevada incidência de arrendatários entre os orizicultores gaúchos (70%) é outro fator que pode prejudicar o próximo plantio. No entanto, a Secretaria de Agricultura do estado não considera de todo danoso o recurso aos juros de mercado, que se fará necessário à complementação da cifra exigida para o custeio. Entre outros fatores atenuantes, estão as compras antecipadas de insumos e fertilizantes, que reduzirão os gastos durante o plantio.

Deve-se observar, porém, que a capitalização do produtor daquele estado poderá não ser, na atualidade, suficiente para os investimentos necessários, o que comprometerá a oferta do grão, futuramente.

Cabe destacar que o Rio Grande do Sul é, entre os grandes estados produtores de arroz, o único a apresentar uma tendência positiva de crescimento da produtividade de suas lavouras orizícolas (ver ***Evolução Recente das Culturas de Arroz e Feijão***, O. Queda, Binagri, pág. 41) confirmando os resultados de sua alta especialização. Deste modo, o crescimento da produção estadual dar-se-á, futuramente, mediante mudanças na tecnologia empregada, inclusive com a utilização de novas sementes, como a BR/IRGA-409, cujo rendimento nos ensaios tem superado os 8.000 kg/ha. A partir de sua difusão entre os produtores, a orizicultura gaúcha melhorará bastante seu desempenho.

Assim, o panorama para a próxima safra não é, hoje, dos mais animadores. Mesmo o setor de intermediação, os maquinistas, não está em boa situação, pois, ao comprarem dos produtores, pagando a vista, acabam vendendo aos supermercados com 45 dias de prazo para o pagamento. No Centro-Oeste, não conseguiram pagar pelo produto os mesmos preços pagos pelo governo federal e não puderam vendê-lo mais barato.

Cabe registrar, finalmente, que o preço mínimo de garantia, para a safra 1981/82, que o produtor poderia, remotamente, considerar como o piso sobre o qual se construiriam os preços do mercado na próxima comercialização, não foi bem recebido. Os preços mínimos estabelecidos para a safra 1980/81 acabaram sendo corrigidos, na prática, passando de Cr$ 720,00 para Cr$ 950,00 por 50 quilos, com a mudança do padrão de classificação e, como vigoravam, em algumas regiões, preços extremamente baixos, promoveram uma recuperação dos preços. Já os valores calculados para a próxima safra, mesmo sendo corrigidos pelo INPC, não estão sendo considerados estimulantes. Fixado em Cr$ 1.000,00, superior ao preço atualmente pago aos produtores em algumas áreas, o preço-base não conseguirá atingir, ao ser corrigido, em fevereiro de 1982, o valor proposto, por exemplo, pela Organização das Cooperativas Brasileiras, de Cr$ 1.939,87, para o arroz de sequeiro e de Cr$ 2.266,75, para o irrigado. É preciso considerar, porém, que a sugestão da OCB incorpora uma margem de lucro do produtor em torno de 25%.

Ao que parece, o plantio da safra 1981/82 dificilmente igualará o da safra passada e, considerando-se a inevitável progressão do consumo, ainda mais incentivado pela retirada gradual do subsídio do trigo, o abastecimento do próximo ano talvez passe por alguns percalços.

QUADRO 4

ARROZ EM CASCA – Brasil: Valores Básicos de Custeio Estabelecidos para a Safra 1981/82, por Faixas de Produtividade, Regiões e Tipos de Cultivo – Cr$/ha

ARROZ DE SEQUEIRO	Regiões	
Faixas	Lavouras "de toco"	SUDAM	Demais Regiões
até 1.000 kg/ha	9.500,00	12.800,00	12.700,00
1.001 a 1.300	12.600,00	17.600,00	16.000,00
1.301 a 1.600	14.200,00	22.700,00	20.600,00
acima de 1.600	15.100,00	28.700,00	26.100,00

ARROZ IRRIGADO	Rio Grande do Sul		Demais Regiões
Faixas	Irrigação Mecânica	Irrigação Natural	
até 2.800 kg/ha	40.100,00	33.400,00	37.800,00
2.801 a 3.400	47.300,00	38.200,00	44.300,00
3.401 a 4.000	56.400,00	45.200,00	52.700,00
acima de 4.000	64.100,00	50.100,00	59.400,00

FONTE: MINAGRI.

FEIJÃO

AS SAFRAS 1979/80 E 1980/81 TIVERAM SEU PLANTIO MAIS INFLUENCIADO PELAS ALTAS COTAÇÕES DO PRODUTO, DO QUE POR QUALQUER INCENTIVO GOVERNAMENTAL À LAVOURA. ESTE ANO, COM O NOVO DÉFICIT NA OFERTA DE FEIJÃO, MOTIVADO POR MAIS UMA QUEBRA DE SAFRA, PARECE QUE ESTA SITUAÇÃO SE REPETIRÁ, EMBORA COM MENOR EXPANSÃO DA ÁREA, DO QUE A VERIFICADA NAS DUAS SAFRAS PRECEDENTES.

Mesmo com a incerteza ainda reinante no mercado quanto ao resultado final da safra nordestina de feijão, algumas informações a respeito da oferta deste ano já se encontram consolidadas. Assim, é possível, atualmente, avaliar que a área plantada da safra 1980/81, 9,6% maior do que a de sua precedente, gerará uma produção 27,3% superior àquela, permitindo atender 96,5% do consumo total estimado para o país.

Analisando-se os números em termos absolutos, porém, grande parte destas comparações perde expressividade. De fato, a produção total, somando-se as safras das águas e da seca, deverá situar-se em torno de 2,35 a 2,47 milhões de t, quando já foi de 2,7 milhões de toneladas em 1972. Quanto à produtividade média do país, situou-se num nível tão baixo, 434 kg/ha, que anulou os ganhos de produção que poderiam advir de uma área plantada recorde (5,6 milhões de hectares), como foi a deste ano. Simultaneamente, o consumo estimado de 2,5 milhões de t é igual àquele calculado para o produto no ano-safra 1979/80, ou seja, subentende uma certa diminuição no consumo *per capita*.

Com efeito, o ano-safra 1980/81 colocou-se, dentro da série histórica da produção da leguminosa, em posição ***sui generis***, por ter sucedido à desastrosa safra 1979/80. Isto porque, enquanto a década de 70 caracterizou-se por uma produção média de feijão da ordem de 2,3 milhões de t, o montante obtido no ano passado não ultrapassou as 1,895 milhão de t, ou seja, 24,2% abaixo do consumo então estimado. Foi inevitável, portanto, a rápida elevação dos preços do produto ao longo do ano e, principalmente, na entressafra, uma vez que as importações de 35,9 mil t praticamente nenhum efeito surtiram sobre o abastecimento. Na verdade, serviram para conturbá-lo, pois o feijão preto importado foi colocado à venda no Grande Rio a preços irreais, causando tumultos nos estabelecimentos comerciais e o aparecimento de um mercado negro do produto. Assim, no mercado atacadista do Rio de Janeiro, o saco de 60 quilogramas do feijão preto polido, à venda por Cr$ 1.309,54, em janeiro de 1980, passou a custar, em novembro do mesmo ano, Cr$ 7.100,00. Paralelamente, os preços ao produtor seguiam, também, um rumo ascendente.

À alta dos preços no mercado do feijão deve ser atribuída maior responsabilidade no aumento da área cultivada, do que aos reajustes do preço mínimo e do VBC. Realmente, foi a expectativa

de que o preço ao produtor da saca de feijão viesse a localizar-se em patamar muito superior aos custos de produção que fez com que, já na safra das águas 1980/81, a área cultivada com o produto na região Sul e em São Paulo apresentasse um incremento de 6,1%, em comparação com o verificado em 1979/80.

No entanto, também a safra 1980/81 sofreu frustrações. A expectativa inicial era de que, pelo menos, a produção total das duas safras principais viesse igualar o consumo estimado, o que não se dará, em vista das perdas havidas, principalmente, na região nordestina.

Em vista disso, lançaram-se as bases do que se chamou ***safra de inverno de feijão***, que chegaria a responder pela oferta adicional de 200 mil t do produto, propiciando, assim, não só o pleno atendimento do consumo como, também, uma possível formação de estoques. Concomitantemente, para esta terceira safra, foi dado um incentivo especial à cultura irrigada da leguminosa, o que seria um primeiro passo em busca da introdução de uma tecnologia mais avançada na lavoura feijoeira como um todo, visando à melhoria do perfil extremamente tradicional e improdutivo do cultivo do feijão.

No entanto, parece que ainda não será no transcorrer do presente ano que o abastecimento interno da leguminosa será plenamente atingido e, muito menos, será possível formar-se algum estoque do produto. Isto porque não só é possível que o montante da safra da seca não atinja a esperada média de 1,14 milhão de t, como, também, é certo que a terceira safra, após as recentes geadas, venha a ser inferior às 92 mil t anunciadas pela Embrater em sua última estimativa de colheita. Mesmo no caso de a safra de inverno localizar-se neste montante, e imaginando-se que a safra da seca alcance 1,05 milhão de t, isto significaria uma produção total de feijão da ordem de 2,416 milhões de t. Estas, adicionadas ao estoque remanescente de 19 mil t, dariam uma oferta global de 2,435 milhões de t, bastante próxima da necessidade do consumo que, no entanto, parece estar subestimada.

Merece ser vista com atenção a decomposição desta produção pelos três mais importantes tipos de feijão demandados pelo consumidor brasileiro. A perdurar o quadro composto para o ano-safra 1979/80, o feijão de cores perfaria 54,4% do consumo total, o feijão preto corresponderia a 27,6% e o feijão macaçár a 18%. Vale dizer, respectivamente, 1,36 milhão de t, 690 mil t e 450 mil t.

Estima-se que em torno de 60% da produção total de feijão da seca na região Nordeste sejam compostos de feijão macaçár, permitindo supor, a grosso modo, que, este ano, a quantidade obtida desta variedade venha a situar-se próxima a 262,2 mil t. Na verdade, este provável déficit da oferta deste tipo de feijão não chegará a causar um grande impacto, uma vez que sua substituição pelo feijão anão (especialmente a variedade mulatinho) dá-se, no Nordeste, com bastante facilidade.

Já no caso do feijão preto, a previsão quanto ao abastecimento assume características especiais, devido aos já tradicionais tumultos registrados no Grande Rio a cada vez que seu preço é tabelado, com vistas à contenção dos índices inflacionários.

Estima-se que tenham sido produzidas 510 mil t de feijão preto na safra das águas e que 13,5% da safra da seca serão constituídos por esta variedade, o que faz supor que terão sido produzidas cerca de 652 mil t de feijão preto. Estas, adicionadas ao estoque supra-citado (formado apenas por feijão preto) perfariam uma oferta total de 671 mil t, deixando a descoberto 19 mil t, uma vez que, provavelmente, a safra de inverno será constituída, em sua quase totalidade, de feijões de cores. É possível, então, que, frente a este provável pequeno déficit de feijão preto, o governo federal opte por não importar o produto, deixando que a oferta e a demanda pelo feijão equilibrem-se livremente, sem nenhuma intervenção ou tabelamento.

De qualquer forma, é inevitável esperar-se uma elevação dos preços de mercado para o feijão, em geral, no transcorrer do segundo semestre, época tradicional de preços aquecidos. Tal evolução deverá sofrer um arrefecimento, ainda que leve e temporário, à época de entrada da terceira safra, a partir de agosto. Mesmo assim, imediatamente antes da entrada do produto da safra das águas 1981/82, os preços do feijão certamente estarão em patamar bastante mais elevado do que os atualmente em vigor.

Este poderia ser um primeiro indicador, no que diz respeito à área que deverá ser plantada com o feijão, na safra 1981/82. De fato, pode-se creditar o excepcional crescimento do cultivo da leguminosa entre os anos-safras 1979/80 e 1980/81 muito

mais aos elevados preços recebidos pelos produtores, a partir da vultosa quebra ocorrida no período, do que a quaisquer outros instrumentos governamentais de incentivo. Este ano, embora os preços não devam ter elevações reais tão acentuadas quanto as verificadas no ano passado (ver Gráfico 1) deverá ocorrer um novo incremento na área semeada.

A fortalecer esta previsão estaria, também, a boa rentabilidade que a cultura deverá fornecer já na próxima safra das águas. De acordo com um estudo dos custos de produção para a safra 1981/82, elaborado pelo Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, a uma produtividade de 720 kg/ha*, o custo por saca de 60 quilos deverá situar-se em Cr$ 4.111,99, enquanto que, à época de colheita desse produto, seu preço de venda será, sem dúvida, maior. Poder-se-ia, mesmo, esperar que produtores não tradicionais de feijão passassem a cultivar a leguminosa, buscando os ganhos que, certamente, conseguirão as lavouras capazes de um bom rendimento, acima de 1.000 kg/ha. A título de exemplo: enquanto o referido estudo apresenta um custo de produção de Cr$ 3.889,41, por saca de 60 quilogramas, para um rendimento de Cr$ 1.200 kg/ha, é certo que o produtor obterá uma remuneração superior a este dispêndio.

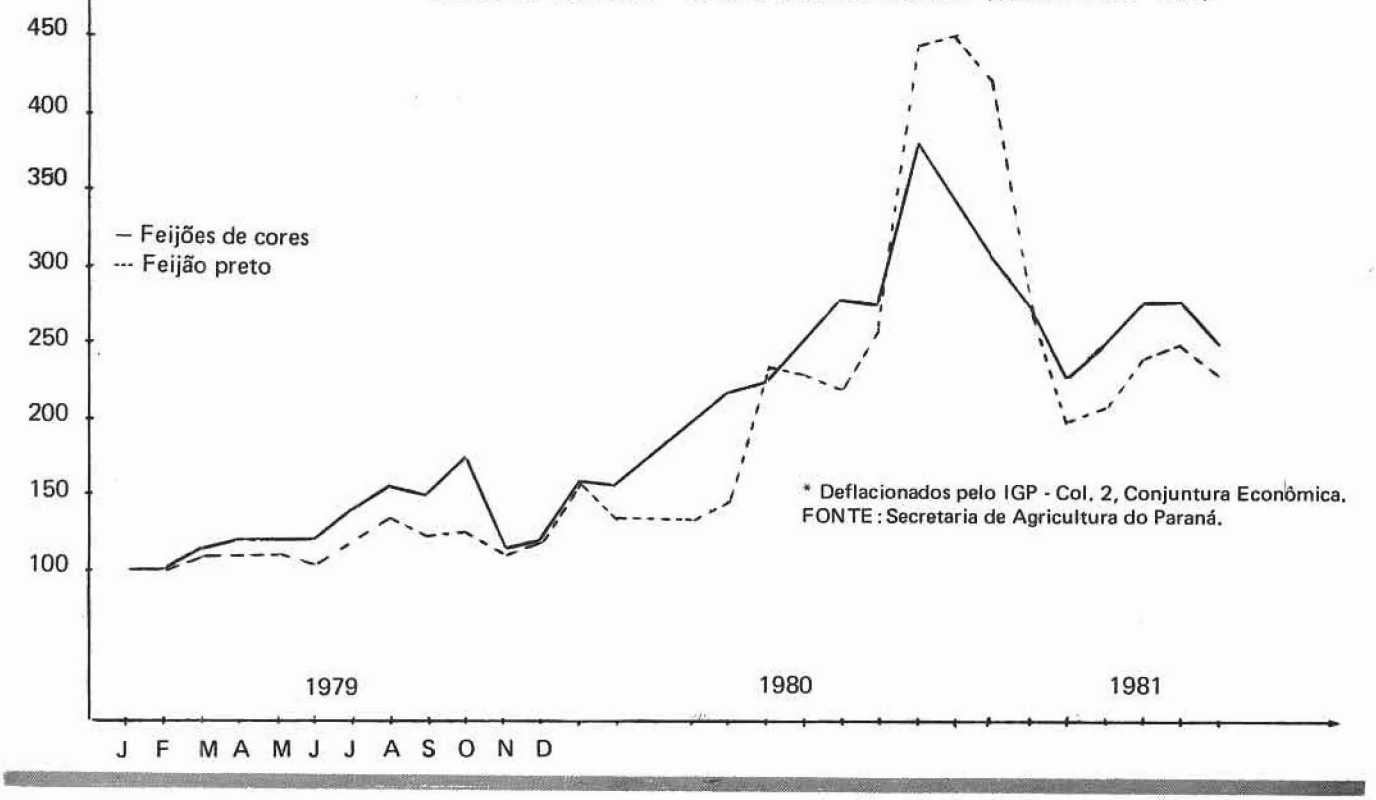
Outros elementos que pesarão, ainda, na decisão de plantio dos agricultores, serão os novos valores básicos de custeio e o preço básico.

O preço mínimo em vigor para o feijão anão da safra da seca (Cr$ 2.520,00/60 kg) foi substituído por um preço básico de Cr$ 3.150,00, o que representa reajuste de 75% sobre o preço mínimo da safra das águas 80/81. Tal preço básico situa-se 19,4% abaixo da média ponderada (feijões preto e de cores) dos preços recebidos pelos produtores no estado do Paraná no 1º semestre deste ano, época em que a renda auferida pelos produtores da leguminosa normalmente não revela grandes elevações, em vista do pequeno intervalo existente entre a safra da seca e a das águas. O que leva a crer que, imediatamente antes da entrada da safra das águas 1981/82, o preço

* a produtividade média do estado, na safra das águas 1980/81, foi de 680 kg/ha.

GRÁFICO 1

*FEIJÃO: Evolução Mensal dos Índices de Preços Médios Mensais Reais *Recebidos pelos Produtores do Paraná — Janeiro 1979 a Junho 1981 (Janeiro 1979 = 100)*



* Deflacionados pelo IGP - Col. 2, Conjuntura Econômica.
FONTE: Secretaria de Agricultura do Paraná.

básico estará com uma considerável defasagem em relação aos preços efetivamente praticados. Até que ponto o reajuste pelo INPC poderá cobrir esta diferença permanece uma incógnita.

Os valores básicos de custeio fixados para o feijão, no ano-safra 1981/82, mais uma vez não foram considerados estimulantes pelos agricultores — e nem poderiam sê-lo — uma vez que os aumentos reais concedidos não só foram baixos, como, também, muito inferiores aos que haviam sido concedidos para a safra 1980/81. Tomando-se como parâmetro o mencionado estudo da Secretaria de Agricultura do Paraná ıe,contrapondo-se suas estimativas de despesas de custeio para as safras 1980/81 e 1981/82 aos VBC's oficiais para estas duas safras, observa-se um acentuado declínio da cobertura do crédito governamental frente às necessidades reais de custeio (ver Quadro 1).

A suposição de que o governo estaria esperando uma maior utilização de recursos próprios dos agricultores neste ano-safra para o cultivo do feijão baseia-se, certamente, nos lucros que teriam sido proporcionados pela cultura nas safras 1979/80 e 1980/81. Contudo, como não são esperados aumentos reais do preço da leguminosa, ainda este ano, da mesma magnitude do que os verificados na entressafra do ano passado, é muito provável que os agricultores optem por uma redução na utilização de insumos (fertilizantes e defensivos), prejudicando o rendimento obtido por hectare, que já é muito baixo.

Mesmo assim, parece que ainda será um bom negócio plantar feijão na safra 1981/82, tendo em vista o (ainda que pequeno) déficit de oferta do produto este ano e seu inevitável reflexo sobre os preços. Não será surpresa se a área cultivada com a leguminosa voltar a apresentar crescimento, embora seja improvável que com o mesmo ímpeto verificado no recém-findo ano-safra. É interessante constatar, porém, que, mantendo-se constante a área plantada, bastaria que o país conseguisse aumentar seu rendimento médio em não mais do que 15% em relação à média da safra 1980/81 (o que nada mais seria do que reconquistar o rendimento da safra 1976/77) para se obter uma produção de mais de 3 milhões de toneladas de feijão. Deve-se ter em mente, no entanto, que qualquer aumento brusco da quantidade produzida corre o risco de deprimir fortemente os preços praticados, especialmente no caso de um mercado produtor desorganizado, como o do feijão, o que poderia atuar como fator de redução da área cultivada no ano-safra imediatamente posterior.

QUADRO 1 *BRASIL — Comparativo entre os Valores Básicos de Custeio Oficiais e os Valores Propostos pela Secretaria de Agricultura do Paraná — Safras 1980/81 e 1981/82*

Rendimento (kg/ha)	VBC Oficial (Cr$/60 kg) (a)	VBC Proposto* (Cr$/60 kg) (b)	Custo Produção (Cr$/60 kg) (c)	a/b	a/c
		SAFRA 1980/81			
420	1.143,00	820,80	1.122,92	1,39	1,02
540	888,60	723,00	1.041,57	1,23	0,85
720	783,60	753,60	1.152,70	1,04	0,68
960	706,20	804,60	1.193,50	0,88	0,59
1.200	660,00	716,40	1.153,54	0,92	0,57
		SAFRA 1981/82			
420	2.599,80	2.761,80	4.274,68	0,94	0,61
540	2.022,00	2.256,00	4.115,62	0,90	0,49
720	1.725,00	2.283,60	4.111,99	0,76	0,42
960	1.556,40	2.314,80	4.038,04	0,67	0,39
1.200	1.489,80	2.101,80	3.889,41	0,71	0,38

* *elaborado pelo Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Paraná.*
FONTE: MINAGRI, DERAL/PR.

MILHO

O BALANÇO ENTRE A OFERTA E A DEMANDA PELO MILHO, NO CORRENTE ANO, SUGERE QUE A ATUAL EROSÃO DOS PREÇOS DE MERCADO CEDERÁ LUGAR A UMA TÍMIDA RECUPERAÇÃO, NO FINAL DO SEMESTRE. POSSIVELMENTE ISTO AUXILIARÁ O PROCESSO DE ESCOLHA DOS AGRICULTORES, QUANTO AO PRÓXIMO PLANTIO. TODAVIA, NADA INDICA QUE O CONSUMO DO CEREAL, MESMO COM A MENOR EXPANSÃO PREVISTA PARA A AVICULTURA, SERÁ PLENAMENTE ATENDIDO, EM 1982.

A expansão da área de plantio de milho, na safra 1980/81, foi favorecida não só pelos preços de mercado altamente remuneradores mas, também, por outros fatores, tais como o financiamento de custeio por parte do governo de 100% para os pequenos produtores (a grande maioria neste setor) e as notícias de quebra de 16,2% da safra norte-americana do cereal.

Além disto, as boas condições climáticas observadas em todo o Centro-Sul brasileiro permitiram a obtenção de rendimento médio de 1.730 kg/ha nesta região, 4,3% superior ao do ano-safra anterior. Somente na região Norte-Nordeste, castigada severamente pela seca, a expectativa inicial de produção não se confirmou. Até o momento, a produção daquela área está reavaliada para menos 36,5% do que fora previsto. A se confirmarem tais números, a participação do Norte e do Nordeste cairá de 6,1% para menos de 3,8% na produção nacional, estimada, até o momento, em cerca de 22,5 milhões de t, 11,5% acima da safra 1979/80.

Para se chegar a alguns elementos condicionantes da safra 1981/82, há que se discutir a fase de comercialização do cereal recém-colhido, contrapondo-se a disponibilidade interna com a demanda dos diferentes segmentos do mercado do milho. Conforme o exposto no ***Prognóstico da Safra 1980/81***, a necessidade interna do cereal (e aí incluiu-se a formação de um estoque de 1,0 milhão de t) situar-se-ia entre 25,5 e 26,0 milhões de t. Uma análise de cada um dos segmentos que comporiam esta demanda revela o seguinte:

1. ***Rações:*** em 1980, a produção nacional de rações balanceadas, segundo o Sindicato das Indústrias de Rações Balanceadas do Estado de São Paulo, atingiu aproximadamente 15,5 milhões de t. Para 1981, previu-se um crescimento de, pelo menos, 12%, ou seja, uma produção em torno de 17 milhões de t de rações, com um consumo próximo de 11,8 milhões de t de milho. No entanto, tal projeção de crescimento encontra-se, hoje, descartada, devido, basicamente. à perspectiva de crescimento menos acelerado dos setores avícola e suinícola, que, tradicionalmente, absorvem de 85% a 90% da produção nacional de rações. No caso da avicultura, para a qual projetava-se, inicialmente, um crescimento de 25% em 1981, esta previsão foi definitivamente afastada, devido à influência do mercado bovino, que atravessa fase baixista. Além disto, a fase de descapitalização violenta por que passa a suinocultura nacional

(consumidora de, mais ou menos, 30% da produção de rações industriais) afeta negativamente o mercado de rações. Em suma, este ano, o setor de rações se diz em vias de utilizar 10 milhões de t de milho (4,6% a menos do que o consumido em 1980), estimativa esta que poderá sofrer algum acréscimo mais para o final do ano, quando da consolidação definitiva dos indicadores do desempenho dos setores pecuários.

2. *Moagem* (para consumo humano): 2,0 milhões de t.

3. *Consumo nos estabelecimentos agrícolas* (em média, 50% da produção): 11,3 milhões de t.

4. *Utilização industrial para óleo, amido, glucose:* 700 mil t.

5. *Necessidades de sementes:* cerca de 270 mil t. Considerando-se que a produção de sementes melhoradas do ano agrícola 1980/81 seja de 167 mil t, a reserva de grãos para o próximo plantio será em torno de um mínimo de 103 mil t.

Assim, mesmo dentro de um contexto recessivo, o volume total demandado atinge 24,103 milhões de t, ou seja, o consumo projetado ficaria 7,1% acima da produção média esperada.

Do lado da oferta, ao volume colhido deverão ser acrescidos 1,25 milhão de t de milho importado, remanescentes de 1980 em poder do governo, gerando uma disponibilidade total de 23,75 milhões de t. O balanço final oferta-demanda aponta para um déficit de 353 mil t que, apesar de pequeno, poderá inviabilizar a política de controle dos preços no último trimestre, período normalmente de alta do produto. No caso do milho, somente a existência de estoques da ordem de 10% da produção poderá regular o mercado, reprimindo altas indesejáveis*. Por outro lado, o equilíbrio do balanço oferta/demanda afasta qualquer possibilidade de uma investida oficial para expansão do consumo de farinha de milho em mistura panificável, projeto em gestação no governo para suprir a queda inevitável do consumo de trigo que advirá com a retirada do subsídio. Dentro deste projeto, a tecnologia desenvolvida até o momento mostra a possibilidade de a indústria de pães e biscoitos substituir, sem alteração das propriedades organolépticas dos produtos finais, até 25% da farinha de trigo por farinha de milho integral e desengordurada. Haveria a vantagem, inclusive, de aumentar a resistência que a farinha de trigo nacional apresenta à maceração. Ressalte-se, porém, que, até o momento, os estudos sobre tal substituição consideram somente o caso específico de pães e biscoitos, não abrangendo as massas alimentícias, altamente consumidas pela população de baixa renda, o que impede a mensuração exata da suposta necessidade de farinha de milho na substituição à farinha de trigo.

Ainda com relação à disponibilidade interna do cereal, existe sempre a possibilidade de que o déficit da oferta venha a ser coberto pela "safrinha" de milho do Sul do país (plantio precoce, cuja colheita se verifica em janeiro/fevereiro). A vingar o Programa de Estímulo ao Plantio Antecipado do Milho, lançado recentemente pelo Ministério da Agricultura, atingindo-se a área-meta de 991 mil ha, poderá ser obtido um volume de 2,0 milhões de t do cereal. Mas o êxito do referido Programa depende tanto dos novos VBC's, quanto do preço básico para a safra 1981/82, além da disponibilidade de sementes de variedade precoce.

A comercialização da safra 1981/81 vem-se processando lentamente. Tal fato deve ser creditado, basicamente, à resistência à formação de estoques pelas indústrias, devido ao seu alto custo financeiro, aliado à mencionada retração do setor de rações. Desta forma, os preços recebidos encontram-se em processo acelerado de erosão. No Paraná, entre dezembro de 1980 e junho deste ano, os preços do milho declinaram 44% em termos reais. Entretanto, a estreita diferença entre oferta e demanda do cereal encarregar-se-á de recuperar os preços até o fim do ano, incentivando o produtor para a nova safra (ver Gráfico 1).

A fase baixista da pecuária bovina deverá persistir durante 1982, com reflexos negativos sobre as carnes substitutas, tanto avícola quanto suinícola. De fato, o setor de aves não só deverá fechar o presente ano com um crescimento bastante aquém dos 25% esperados inicialmente mas seu ritmo de expansão deverá ser lento também em 1982, comparativamente ao experimentado na segunda metade da década de 70. Quanto à suinocultura, pode-se esperar um certo crescimento desta atividade, em 1982, baseado mais no aperfeiçoamento tecnológico do que num panorama otimista de preços recebidos.

* que poderão ocorrer mesmo no caso de a produção de sorgo vir a complementar a oferta de milho em cerca de 260 mil t.

A introdução da farinha de milho na panificação deverá ser gradual, em 1982, em resposta ao processo de re-acomodação do abastecimento dos gêneros básicos que fatalmente ocorrerá,com a retirada total do subsídio do trigo. Neste caso, merecem acurada atenção das autoridades as massas alimentícias, em face de sua importância na dieta alimentar das populações de baixa renda. Como estes alimentos representam percentual elevado do trigo consumido, a supressão do subsídio representará um impacto negativo de monta na capacidade de compra das camadas mais pobres da sociedade. Por outro lado, durante a fase de re-acomodação do abastecimento de gêneros básicos, deverá haver uma "corrida" sobre os produtos alternativos, principalmente o arroz e as farinhas de mandioca, de milho e de fubá, desencadeando uma alta dos preços, cujos níveis atuais, à exceção do arroz, já são inacessíveis à bolsa popular.

Somando-se a influência de todos estes fatores, pode-se, a grosso modo, estimar que a necessidade para consumo, em 1982, deverá situar-se em torno de 26,0 a 26,5 milhões de t de milho, excluindo-se qualquer hipótese de formação de estoque do produto.

No plano específico da produção, constata-se que, na década de 70, a área semeada com o cereal evoluiu à taxa média anual de 1,5%. O aumento de 7,2% registrado na safra 1980/81 ocorreu em função do déficit da produção interna, que obrigou à importação de milho norte-americano. Paradoxalmente, esta importação não chegou a prejudicar a intenção de plantio, uma vez que não só comercializou-se menos de metade do grão adquirido no exterior como, também, a venda do produto estrangeiro, no ano passado, processou-se muito lentamente, não conseguindo evitar uma alta dos preços recebidos pelos produtores no Centro-Sul, a partir de julho.

É provável que, na próxima safra, a produtividade média do milho cresça,em face dos avanços tecnológicos com a entrada de produtores/ empresários no setor. No entanto, para efeito de cálculo, mantida a produtividade média de 1,75 t/ha da safra 1980/81, para que se alcance uma produção de 26 milhões de t, torna-se necessária uma área de 14,9 milhões de ha plantados. Esta área representaria um aumento de 14% em relação ao plantio anterior, hipótese totalmente descartável não só em face da evolução histórica da cultura mas, também, do nível atual dos preços de mercado, considerado pouco remunerador. Assim, uma expansão de 4 a 5% já seria significativa, e poderá dar-se, a despeito de o preço mínimo não ter correspondido às reais expectativas dos produtores.

Fixado em Cr$ 750,00/60 kg e a ser reajustado pelo INPC à época da colheita, o novo preço básico para o milho foi contemplado com reajuste de 55,1% sobre o preço mínimo da safra 1980/81. Isto significa que, excluindo-se o caso especial do feijão, o cereal teve aumento superior àqueles concedidos aos outros produtos, o que não chega a ser alentador, em vista do patamar em que se encontram os custos de produção. A título de exemplo, a Organização das Cooperativas Brasileiras propôs que o preço mínimo para o milho viesse a ser de Cr$ 1.200,00/60 kg, valor que o atual preço básico só atingirá em janeiro próximo na hipótese improvável de o INPC acumulado no período chegar a 63,3%. Mais realista seria imaginar-se que o valor final venha a situar-se em torno de Cr$ 1.000,00. Ou seja, de acordo com a estimativa de custo de produção elaborada pela Secretaria de Agricultura do Paraná/Deral, a compra, pelo governo, do produto da safra 1981/82 certamente implicará considerável prejuízo ao agricultor (ver Quadro 1).

Quanto aos novos VBC's para o milho, somente as quatro primeiras faixas de rendimento por hectare (de 900 a 2.500 kg) foram contempladas com aumentos reais. Evidente está que, para o ano-safra 1981/82, o governo conta com uma maior inversão de recursos próprios dos agricultores para o cultivo do cereal: o financiamento governamental das despesas de custeio (preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita) dar-se-á em níveis bastante inferiores, por exemplo, àqueles propostos pela Secretaria de Agricultura do Paraná, conforme pode ser apreciado também no Quadro 1.

Comparando-se a faixa de VBC mais representativa para o Centro-Sul do país (2.101 a 2.500 kg/ha) com o custo de produção elaborado por aquela Secretaria, para a cultura do milho que atingir uma produtividade de 2.280 kg/ha, a relação VBC/custo de produção é de 40,3%, enquanto que o VBC oficial desta faixa colocou-se 32,2% abaixo

do VBC sugerido, piorando uma situação já ruim no ano-safra 1980/81.

Mesmo assim, tendo em vista o aumento da pressão da demanda que ocorrerá ainda no presente ano comercial, pode-se supor que venha a repetir-se o índice de crescimento da área cultivada com o milho. A responsabilidade desta expansão deverá ser diluída pelas diversas regiões produtoras, devido às próprias características desta cultura. Esta conclusão decorre do modo como se expandiu a área plantada na safra 1980/81: os maiores acréscimos relativos deram-se nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e no sul da Bahia (regiões sócio-economicamente distintas). É interessante observar, também que, naquela safra, enquanto o plantio da soja na região Sul declinava em 2,3%, a área de milho crescia em 6,7%, fenômeno que poderá repetir-se na próxima temporada (ver texto referente à soja, neste número).

No caso do Nordeste, a previsão de falta do produto no presente ano comercial, e a necessidade de adquirí-lo no Centro-Sul do país, fatalmente provocará uma alta de preços do produto. Este fato faz imaginar que lá deva ocorrer, também, um aumento da área plantada com o cereal.

Supondo-se um aumento da área, em nível nacional, de cerca de 5%, a superfície coberta com a cultura alcançaria 13,7 milhões de ha. Conjecturando-se, ainda, uma pequena elevação do rendimento físico para 1,8 t/ha, a produção poderia chegar a um máximo de 24,7 milhões de t. Esta quantidade, adicionada à produção da *safrinha*, da ordem de 2,0 milhões de t, poderia gerar um montante de oferta próximo ao consumo estimado.

A verdade é que, para a próxima safra, um simples equilíbrio entre a oferta e a demanda de milho não satisfaz ao governo, que tem pretensões mais ambiciosas para o cereal, no plano internacional. Além disto, no plano interno, a não existência de estoques reguladores acarreta um risco muito grande para a política de controle inflacionário, tal a importância do produto nos cálculos do INPC. Assim, é animador saber-se que estaria em vias de ser posto em prática, em etapas, um conjunto de medidas que caracterizariam a intenção governamental quanto à necessidade de buscar, o mais rápido possível, um aumento da produção nacional de milho condizente com as futuras necessidades deste alimento, cada vez mais prementes. Para tanto, é necessária não só a concretização destes novos estímulos, como a manutenção dos incentivos à *safrinha*. Do contrário, alguns segmentos da produção de carne correm o risco de serem estrangulados num curto espaço de tempo, e, sobretudo, ficam comprometidos os planos de venda à URSS de 500 mil t de milho, já a partir de 1983.

QUADRO 1

MILHO – Comparativo entre os Valores Básicos de Custeio Oficiais e os Valores Propostos pela Secretaria de Agricultura do Paraná – Safras 1980/81 e 1981/82

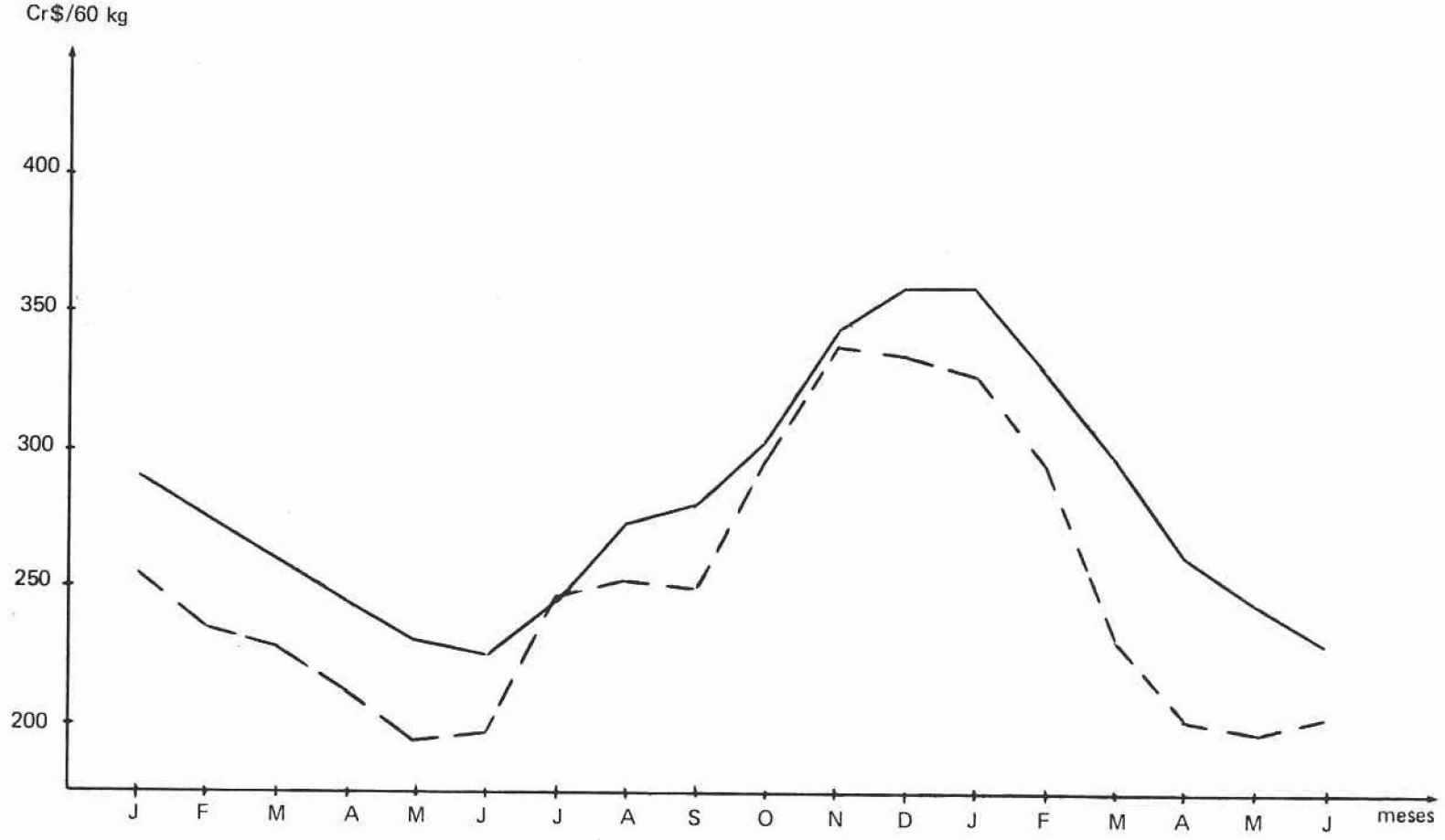
Rendimento (kg/ha)	VBC Oficial (Cr$/60 kg)(a)	VBC Proposto* (Cr$/60 kg)(b)	Custo Produção** (Cr$/60 kg)(c)	a/b	a/c
		SAFRA 1980/81			
1.500	240,00	277,20	374,77	0,87	0,64
1.800	243,60	273,00	377,31	0,89	0,65
2.100	208,80	265,20	389,55	0,79	0,54
2.400	214,80	267,00	386,65	0,80	0,56
2.700	222,00	246,60	398,05	0,90	0,56
		SAFRA 1981/82			
1.680	478,80	780,00	1.255,59	0,61	0,38
1.980	490,80	766,20	1.239,80	0,64	0,40
2.280	497,40	733,80	1.233,07	0,68	0,40
2.520	519,00	752,40	1.249,48	0,69	0,42
2.820	463,80	687,00	1.257,03	0,68	0,37

* proposto pela Sec. Agric. do Paraná/Deral.
** calculado pela Sec. Agri. do Paraná/Deral

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MINAGRI, Deral/PR.

GRÁFICO 1

*MILHO: Preços Médios Reais * Mensais Recebidos pelos Produtores no Centro-Sul **(–) e no Paraná (– – –) (janeiro 80 a junho 81)*



* Deflacionados pelo IGP, col. 2, Conjuntura Econômica, para janeiro/80.
**MG, SP, RS, SC, PR, GO.
FONTE: SEAG/DERAL - PR e FGV/CEA.

SOJA

A QUEDA DA REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES, EM TERMOS REAIS NO ANO CORRENTE, E A CRESCENTE COMPETITIVIDADE DO MILHO EM RELAÇÃO À SOJA SÃO ALGUNS DOS FATORES QUE PODERÃO LEVAR À ESTABILIZAÇÃO DA ÁREA PLANTADA NA SAFRA 1981/82. NO ENTANTO, A SOJA PROSSEGUIRÁ EXPANDINDO-SE EM ÁREAS NOVAS, SIMULTANEAMENTE A POSSÍVEIS DECRÉSCIMOS NO SUL.

A produção brasileira de soja em grão, da safra 1980/81, está agora calculada em 15,5 milhões de t, o que representa um volume colhido 2% superior ao recorde anterior, de 1980. Este fato — a safra continua crescendo, mas a taxas bastante inferiores às registradas nos anos 70 — não deixa de espelhar, de certa forma, as características atuais da cultura no país. Isto porque, tendo conquistado, na última década, amplas áreas na região Sul e, também, em São Paulo, a atual fronteira de expansão da soja é a região Centro-Oeste, onde vêm ocorrendo grandes incrementos na área ocupada com a leguminosa. Esses acréscimos, no entanto, são ainda pequenos em relação à área total da soja no Brasil.

Assim, na safra 1980/81, os estados centrais (inclusive Minas Gerais) foram responsáveis por 15% da produção brasileira, apesar da seca que prejudicou, em março, parte das safras de Goiás e de Minas Gerais. Nas demais regiões produtoras, o clima foi, em geral, bom, e os rendimentos médios obtidos, em nível estadual, variaram de 1.350 kg/ha, em Santa Catarina, a 2.230 kg/ha, no Paraná, intervalo semelhante ao de 1980.

Foi em relação aos preços vigentes no mercado internacional, contudo, que ocorreu a maior frustração, do ponto de vista dos produtores. A quebra da safra norte-americana levou a cotação média do ***bushel*** de soja a situar-se em US$8,71, na Bolsa de Chicago, em novembro de 1980 e várias projeções, feitas na época, indicavam que o produtor receberia algo em torno de Cr$ 1.500,00 pela saca de 60 quilogramas, em maio do ano seguinte.

Isto não chegou a se concretizar porque, de novembro para cá, as cotações apresentaram quedas sucessivas, chegando a US$7,09/***bu***, em junho, o que, por si só, já inviabilizaria os preços projetados pelos produtores para meados de 1981.

A explicação inicial para a queda dos preços nominais, no mercado interno, abaixo das expectativas dos produtores, é, portanto, sem dúvida, o declínio das cotações externas, como reflexo de uma demanda retraída, em nível internacional, tanto para o grão e o farelo como para o óleo (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 7). Entretanto, a conjugação deste e de outros fatores, tais como a aceleração da inflação interna, a política cambial adotada pelo governo e a política estabelecida para a comercialização interna da soja em grão causaram uma queda contínua dos preços reais recebidos pelos produtores, tal como se observa no

Gráfico 1.

Este Gráfico apresenta, também, a evolução dos preços em dólares e sua contrapartida em cruzeiros reais, recebidos pelos exportadores de farelo e de óleo, entre janeiro de 1979 e maio de 1981, tomando como base as cotações médias mensais desses produtos na Bolsa de Chicago, multiplicadas pela participação de cada um deles no resultado do esmagamento do grão (0,78 farelo + 0,18 óleo = = 1 grão). Dele, podem ser extraídas algumas observações:

1) há uma queda acentuada nos preços reais recebidos pelos produtores, ao longo de 1980 e, também, nos cinco primeiros meses de 1981, a despeito de movimentos contrários das cotações internacionais, entre julho e dezembro do ano passado, por exemplo;

2) no primeiro trecho do Gráfico (1979), os preços recebidos pelos exportadores, em dólares e em cruzeiros, apresentam movimentos semelhantes enquanto que, a partir de meados de 1980, a elevação dos preços em dólares se refletiu em elevações bem mais suaves desses mesmos preços, em cruzeiros, dada a política de desvalorização cambial adotada pelo governo.

Daí, depreende-se que a pré-fixação da correção cambial, em 1980, bem abaixo do diferencial entre a inflação interna e a externa, *achatou* os ganhos, em cruzeiros, de todo o setor exportador e, diretamente, dos produtores de soja. Deve-se acrescentar a isso, o fato de que o aumento considerável do volume de produção, em 1980, e a manutenção do novo patamar, de 15 milhões de toneladas, em 1981, acabaram por causar um efeito depressivo sobre os preços pagos aos produtores de soja, mesmo com as cotações internacionais, nos primeiros meses de 1981, sensivelmente superiores às de um ano antes, por exemplo.

Seguindo essa linha de raciocínio, e observando a evolução dos preços no Gráfico 1, chega-se à conclusão de que o peso da oferta interna de grãos é forte o suficiente para deprimir os preços pagos aos produtores, mesmo quando, no mercado internacional, o movimento das cotações é ascendente. Sabendo-se que o volume dessa oferta interna é preservado via estabelecimento de uma quota de exportação de grãos — fixada oficialmente, em 1981, em pouco mais de 10% da safra — pode-se concluir que esse limite reduz o poder de barganha do produtor frente a seus compradores e, concretamente, acaba por diminuir suas receitas.

No corrente ano, mais um fator veio agravar essa situação. O estabelecimento de um limite máximo de EGF, a ser levantado pelos produtores e suas cooperativas, vinculado ao montante das despesas de custeio, anulou, na prática, um importante componente da política governamental de preços mínimos — o crédito de comercialização — que visa colocar, à disposição do produtor, capital de giro para que ele possa buscar a melhor colocação para seus produtos. É bem verdade que essa norma foi estabelecida (e valeu para todos os produtores) em função da necessidade governamental de conter a expansão dos meios de pagamento, mas essa necessidade acaba conflitando com a política oficial de apoio e incentivo à agricultura, pois, no caso particular da soja, aumenta a vulnerabilidade dos produtores e, conseqüentemente, o poder de pressão dos compradores.

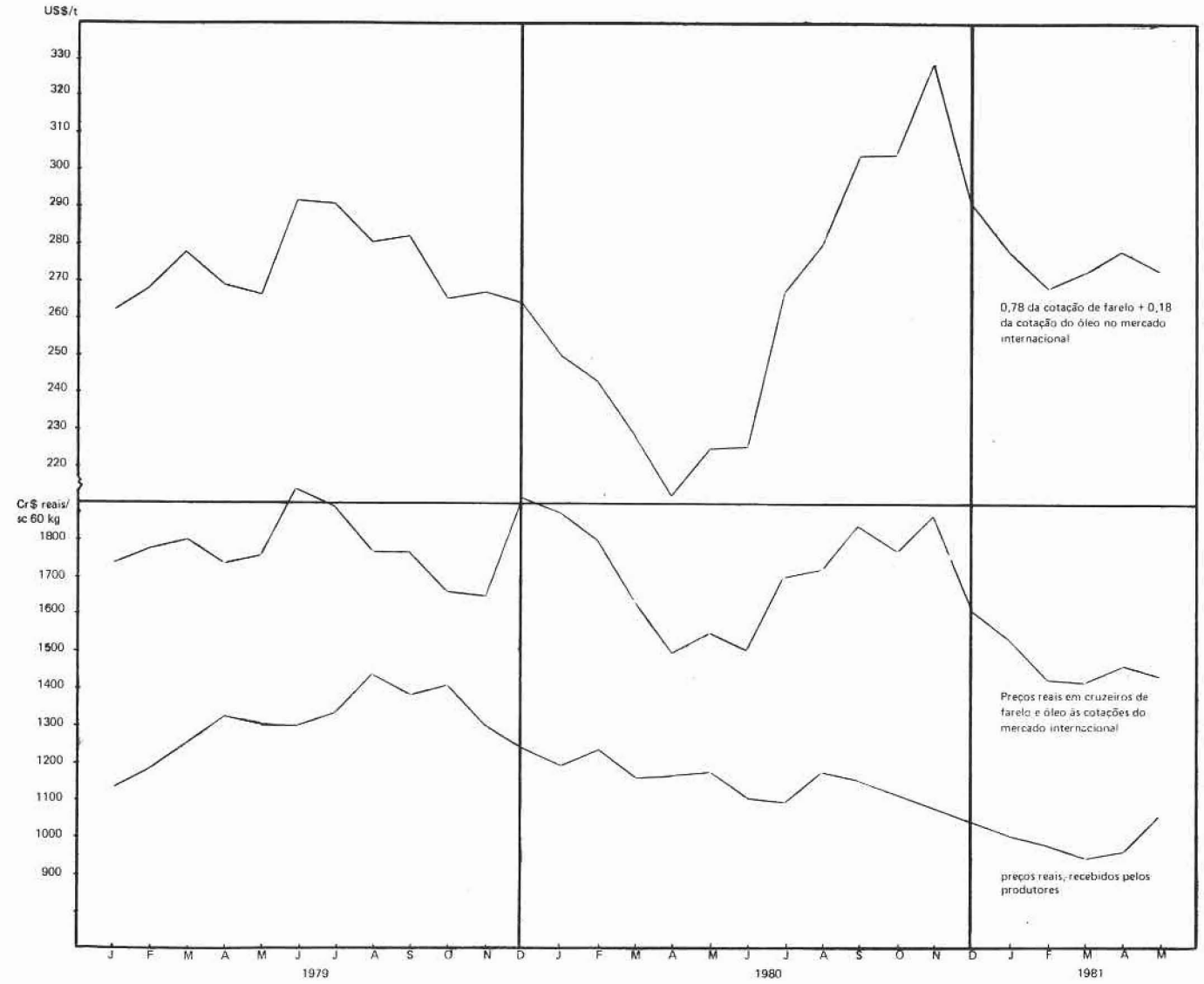
Ao que tudo indica, para a safra 1981/82, as dificuldades de controle monetário devem causar novas restrições aos benefícios tradicionalmente concedidos à agricultura. Este é o caso dos limites para levantamento de recursos de custeio, que foram fixados em 100% do VBC apenas para mini e pequenos produtores e em 80% e 60% do VBC para, respectivamente, médios e grandes.

Ainda que seja difícil avaliar que parcela da produção será afetada por esses novos limites, os produtores que forem obrigados a complementar grande parte de sua necessidade de recursos de custeio a juros de mercado terão acréscimos consideráveis em seus custos de produção. Apenas a título de exercício, suponha-se um produtor que se enquadre na faixa de 1.501 a 1.750 kg/ha de produtividade, à qual corresponde um VBC de Cr$ 22.000,00/ha. Caso este produtor não possa levantar 100% do VBC a juros subsidiados, a parcela restante dos recursos a serem aplicados teria os custos financeiros de mercado (aproximadamente 6% a.m.), o que representaria um ônus adicional de 63% nos custos variáveis de produção (tomando como parâmetro o valor do VBC), tratando-se de médio produtor e de 12,5%, no caso do grande produtor (ver Quadro 1).

Os custos de produção reais, entretanto, deverão ser superiores aos VBC's fixados pelo governo, mesmo considerando-se apenas os custos

GRÁFICO 1

SOJA: Cotações Internacionais e Preços, em Cruzeiros, Pagos aos Produtores do Rio Grande do Sul (janeiro 79 - maio 81)



FONTE: CEA e UNICOM.

variáveis de produção, que o VBC, em tese, deve cobrir. Cálculos do Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, indicam um VBC necessário, no caso daquele estado, de Cr$ 34.710,34, para a obtenção de 2.400 kg/ha, 29% superior aos Cr$ 27.000,00 estabelecidos para essa faixa de produtividade, pelo governo federal.

Já o estudo de custos realizado, anualmente, pela Fecotrigo, aponta um dispêndio de Cr$ . . . 48.174,99 por hectare, 126% acima dos gastos totais, em 1980/81. Esse acréscimo é, por coincidência, igual ao crescimento observado nos VBC's em 1981/82 (ver Quadro 2), o que pode levar a crer que se tenha tentado manter inalterada, em relação a 1980/81, a cobertura dos custos por parte do VBC.

O mais importante, na definição dos custos de produção de cada agricultor é, portanto, a obtenção, ou não, do financiamento a juros subsidiados, já que os valores de custeio fixados pelo governo sempre mantêm uma certa distância em relação aos custos apontados pelos produtores e suas entidades representativas.

Em relação a isso, é difícil avaliar, em termos globais, que parcela dos agricultores vai efetivamente ser enquadrada nas categorias de médios e grandes produtores, dado que o cálculo é feito com base nas produtividades e preços, em cada região. Em todo caso, é fácil perceber que, na

QUADRO 1

SOJA EM GRÃO – BRASIL: Valores Básicos de Custeio e Dispêndios com a Complementação do Custeio por Médios e Grandes Produtores – Safra 1981/82 – Cr$

	Médios Produtores Financiamentos de 80% do VBC	Grandes Produtores Financiamento de 60% do VBC
1) VBC integral da faixa de 1.501 a 1.750 kg/ha	22.000,00	22.000,00
2) Parcela do VBC a ser financiada a juros de mercado	4.400,00	8.800,00
3) Juros que seram pagos sobre essa parcela caso ela fosse obtida à taxa subsidiada (3,15% a.m. durante 8 meses)	1.239,00	2.478,00
4) Juros sobre o montante 2) à taxa de mercado (6% a.m. durante 8 meses)	2.613,00	5.226,00
5) 4 - 3	1.374,00	2.748,00
6) Acréscimo percentual sobre o VBC – 5 : 1	6,3	12,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MINAGRI.

QUADRO 2

SOJA – Comparação dos Valores Básicos de Custeio das Safras 1980/81 e 1981/82 – Cr$/ha

Faixas de Produtividade (kg/ha)	A VBC – 1981/82	B VBC – 1980/81	Δ %
até 1.250	17.000,00	7.700,00	121
1.251 - 1.500	20.200,00	79.000,00	124
1.501 - 1.750	22.000,00	9.700,00	127
1.751 - 2.000	25.200,00	11.100,00	127
acima de 2.001	27.000,00	12.200,00	121

FONTE: MINAGRI.

região Sul, a restrição do financiamento atingirá um número menor de produtores do que na região Centro-Oeste, onde as áreas cultivadas são relativamente maiores.

Assim, o tratamento creditício dispensado à soja, em especial, parece bastante semelhante ao da safra 1980/81, pois a cobertura do custo de produção pelo VBC é igual à da última safra. Por outro lado, os Valores Básicos de Custeio fixados para a soja ou para o milho – seu maior concorrente em área – são bastante semelhantes, não se podendo detectar na comparação dos VBC's nenhum estímulo diferenciado a qualquer das duas culturas.

Aliás, a concorrência do milho com a soja reflete um aumento considerável da rentabilidade do cereal, frente a uma forte expansão do setor de animais de pequeno e médio portes. Tal aumento da rentabilidade, por sua vez, implica que produtores de soja passem a dedicar parcelas de suas áreas ao cultivo do milho, que pode apresentar, em alguns casos, vantagens em relação à soja. O plantio do milho, em pequenas propriedades, por exemplo, pode ser efetuado com custos bem inferiores aos da soja, na mesma área, dado que a semeadura do cereal pode ser feita com menor grau de tecnificação e maior utilização da mão-de-obra familiar. No outro extremo, isto é, o de produtores que utilizam as mais modernas tecnologias, o cultivo do milho pode-se tornar compensador, na medida em que há um enorme potencial de aumento de produtividade. De fato, o uso de melhor tecnologia no cultivo da gramínea viabiliza a obtenção de 5.000 a 6.000 kg/ha de rendimento físico, em lavouras comerciais, enquanto que a média nacional, no momento, não ultrapassa os 2.000 kg/ha.

Tanto num como noutro caso, o pano de fundo é composto pelo crescimento e pela consolidação de um setor dinâmico – avicultura e suinocultora – que tem sido capaz de imprimir um novo perfil ao cultivo do milho, diferentemente do que ocorreu no período 1967/79, quando a produção brasileira de alimentos básicos cresceu a um ritmo muito lento (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 2), em função, principalmente, da rentabilidade comprimida dos produtos de abastecimento interno, entre eles o milho.

Assiste-se, atualmente, a uma reversão dessa situação, pelo menos no que diz respeito a este cereal, pois a rentabilidade por ele apresentada, para determinadas faixas de produtores, possibilita-lhe concorrer em área, inclusive com a soja.

Para a safra 1981/82, a ação governamental, na fixação do novo preço básico parece querer estimular essa concorrência. Isto porque o governo estipulou um preço básico (a ser corrigido, na entrada da safra, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para o milho, em Cr$ 735,00/saca, 55% acima do preço mínimo em vigor e bem acima dos atuais preços de mercado. Já no caso da

soja, esse reajuste foi de 43% e o preço básico se situa ligeiramente abaixo dos atuais preços de mercado.

Esse quadro de competitividade, em que a soja poderia vir a perder terreno, é mais acentuado no Sul do país (se bem que os fundamentos sejam válidos para qualquer outra região) pois, como se sabe, é nos estados sulinos, assim como em São Paulo, que a fronteira agrícola já atingiu seus limites e, portanto, aumentos de área de uma cultura representam, obrigatoriamente, decréscimo de outra.

Deste modo, a tendência da sojicultura, que já se vem esboçando desde a safra 1978/79, de uma desaceleração do crescimento da área no Sul e aumentos de vulto no Centro-Oeste, vem-se tornando cada vez mais concreta. Para 1981/82, o que se pode prever é uma performance semelhante à da última safra, quando houve até pequenos decréscimos de área nos estados do Sul. Ao mesmo tempo, na região Centro-Oeste, registrava-se um aumento de 12%. No cômputo geral, a área total plantada com soja, no país, cresceu menos de 1%, nesta safra, em relação a 1979/80. Pode-se estimar, para a próxima safra, ainda que preliminarmente, que ocorram movimentos semelhantes, tanto no Sul quanto nos estados centrais, que devem manter a área cultivada com soja, no país, em torno dos 8,84 milhões de hectares alcançados no ano passado.

Em condições normais, poder-se-á obter, aproximadamente 15,5 milhões de toneladas. Desse volume, resguardada a reserva de sementes (1 milhão de t) pode-se elaborar uma projeção, muito preliminar, das exportações brasileiras do complexo soja em 1982/83, se for liberada uma quota de exportação do produto *in natura* próxima dos 2 milhões de t (igual a de 1981/82) e o restante for esmagado internamente (12,5 milhões de t), a operação de esmagamento deverá resultar em 9,75 milhões de t de farelo e 2,25 milhões de t de óleo. Se, apenas, para efeito dessa hipótese, admitir-se um consumo interno de farelo e de óleo semelhante ao estimado para a atual temporada, da ordem de 2,8 milhões de t de farelo e 1,4 milhão de t de óleo, os excedentes exportáveis do complexo soja poderão render, no ano comercial 1982/83 US$ 2,7 bilhões, caso os preços se mantenham em torno das atuais previsões do USDA para aquela temporada. Os preços médios previstos pelo USDA, para 1982/83, conforme se observa no Quadro 3, encontram-se bem próximos aos US$ 277 por tonelada de grão, US$ 242 por t de farelo e US$ 507 por t de óleo, estimados para a atual temporada.

Este fato reflete, de certo modo, as perspectivas do mercado internacional. Por um lado, a safra norte-americana deverá situar-se em torno dos 55 milhões de t, 10% acima da frustrada produção de 1980/81 e, portanto, a situação da oferta global será bem mais folgada no próximo ano comercial.

Por outro lado, a demanda, que, na atual temporada, evoluiu de forma especialmente lenta, deverá reativar-se, contando com uma recuperação do setor de carnes, e até mesmo, com uma baixa dos preços para o importador da CEE, em função de uma possível recuperação das cotações das moedas européias em relação ao dólar. Do ponto de vista do produtor brasileiro, caso se mantenham as atuais perspectivas do mercado internacional, à época da comercialização da safra do Hemisfério Sul, e as cotações se situem em níveis semelhantes às de 1980/81, acréscimos ou decréscimos dos preços reais recebidos pelos produtores dependerão, fundamentalmente, da política cambial adotada pelo governo federal e de possíveis alterações nas quotas de exportação de grãos e derivados.

QUADRO 3 *BRASIL — Complexo Soja: Estimativa das Exportações em 1982/83*

	Quantidade (mil t)	Preço Médio US$/t	Receita US$ Milhões
Grão	2.000	276	552
Farelo	6.950	242	1.682
Óleo	850	496	422
Total			2.656

FONTE: USDA.

TRIGO

A DRÁSTICA REDUÇÃO DE ÁREA EM 1981, FACE A MENORES RECURSOS DE CUSTEIO POSTOS À DISPOSIÇÃO DOS PRODUTORES REFLETE, INDUBITAVELMENTE, AS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA DE INCENTIVO À TRITICULTURA NACIONAL QUE NÃO CONSEGUIU A NECESSÁRIA RACIONALIZAÇÃO DO CULTIVO DO CEREAL. ASSIM, PERSISTE A NECESSIDADE DE IMPORTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO AO CONSUMO DOMÉSTICO E NÃO SE SABE QUAL SERÁ O IMPACTO DA RETIRADA DO SUBSÍDIO SOBRE OS DEMAIS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.

O plantio de trigo, no Brasil, em 1981, deverá registrar a menor área cultivada com o cereal, desde 1973. A produção, por sua vez, dificilmente atingirá as 1,9 milhão de t colhidas, naquele ano, após as recentes geadas que atingiram as lavouras do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

É interessante notar que foi justamente a partir de um outro período de instabilidade climática, embora em nível internacional, com a quebra da produção mundial de grãos, em 1973, que surgiu a preocupação do governo brasileiro com a pesada dependência do país em relação às importações de trigo. Naquele ano, foram consumidas internamente 3,55 milhões de t, enquanto uma violenta frustração (talvez a maior dos últimos vinte anos) havia reduzido a colheita de 1972 a apenas 693 mil t.

Conseqüentemente, a partir de 1974, foram tomadas medidas de incentivo à produção interna do cereal. Os preços de garantia fixados pelo governo foram elevados, em termos reais, e houve um grande incremento no crédito agrícola subsidiado posto à disposição dos triticultores. Entretanto, as dificuldades que motivaram esses incentivos persistem ainda hoje. Com efeito, a produtividade média brasileira, em 1980, foi de 809 kg/ha, apenas 2% acima da média móvel trienal entre 1962 e 1980 e a diferença entre o consumo e a produção ampliou-se consideravelmente, ao longo deste período.

Efetivamente, em 1981, serão consumidas algo em torno de 6 milhões de t (exclusive sementes), aproximadamente 10% a menos do que o volume consumido no último ano, em função do início da retirada do subsídio. Quanto à produção, ela ainda é uma incógnita. O Quadro 1 aponta a área, produção e rendimentos da safra brasileira de 1980 e a estimativa da área semeada, em 1981. A estimativa de produção, entretanto, é feita, normalmente, a partir de uma produtividade média potencial, próxima dos 1.000 kg/ha, que dificilmente chega a se concretizar, em termos de média brasileira. Essa projeção, feita à época do plantio, apresentava como resultado uma colheita de 2,1 milhões de t e, mesmo agora, com a elaboração de novas estimativas depois dos primeiros prejuízos causados pelas geadas de julho, subsiste uma grande margem de erro. Novas geadas em agosto ou chuvas e calor na primavera do Rio Grande do Sul, por exemplo, são fenômenos possíveis e podem causar mais reduções na estimativa inicial.

Todavia, mais do que problemas climáticos que, na verdade, são gerados por fenômenos natu-

rais normais, nas áreas produtoras, nessa época do ano, a cultura do trigo parece defrontar-se com problemas na condução da política de estímulos ao setor. Assim, uma política de produção, quase que exclusivamente calcada em aumentos de área, combinada com os históricos problemas climáticos enfrentados pela gramínea, levantaram suspeitas, junto aos órgãos oficiais, de que distorções do crédito rural tenham sido particularmente acentuadas no caso do trigo, e que algumas áreas declaradas aos agentes bancários tenham sido apenas parcialmente plantadas com o cereal.

Por outro lado, a disponibilidade de crédito barato pode ter provocado, também, um menor cuidado com as lavouras, principalmente em relação a sua localização dentro das propriedades, escolhendo-se áreas técnicamente inaptas ao cultivo do cereal. Um exemplo disso é que as doenças capazes de causar sérios danos às lavouras, como a chamada podridão comum, que atinge o sistema radicular das plantas, podem ser combatidas através do pousio das terras, que devem ficar durante três anos sem serem plantadas com trigo, ou outros cereais de inverno, como a cevada, a aveia e o centeio. Essa é uma recomendação não só bastante simples como, também, viável, uma vez que apenas uma fração da área plantada com soja é utilizada para o cultivo do trigo.

QUADRO 1

BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS: Área, Produção e Produtividade — 1980 e 1981

Estados	Área (1.000 ha)		Produção	Produtividade
	1980	1981*	1980	1981*
Rio Grande do Sul	1.430	850	1.022	715
Paraná	1.568	950	1.370	874
São Paulo	136	120	151	1.110
Mato Grosso do Sul	146	100	108	740
Minas Gerais	16	20	20	1.250
Santa Catarina	15	10	8	533
Brasil	3.311	2.050	2.679	809

* Estimativa.
FONTE: Banco do Brasil S.A.

Assim, parece que, entre outros males, a triticultura padeceu, durante os últimos anos, de uma política de concessão de incentivos que tomava como sinônimos dois fatores, na verdade, distintos: aumentos de área plantada e aumentos de produção. Evidentemente e, em especial no caso do trigo, aumentos de área não significam, necessariamente, aumentos proporcionais da produção, uma vez que o risco da cultura é muito elevado. Assim o que ocorreu, de fato, foi que as produtividades médias até decresceram, depois de 1974, quando se iniciou essa política de incentivos.

Ao mesmo tempo, e por outros motivos, acabou sendo fortemente estimulado o consumo, que cresceu à base do crescimento de importações. Segundo a SUNAB, o consumo interno de trigo e, por conseguinte, as importações, devido às frustrações da oferta doméstica, aumentaram em 2,4 milhões de t, entre 1974 e 1980.

De certo modo, a correção dessas distorções já vem sendo buscada. De fato, a retirada total do subsídio ao consumo está programada para o final de 1982. Por outro lado, há a obrigatoriedade, em 1981, de maior comprometimento de recursos pelo VBC (ver Quadro 2), o que, no caso do trigo é um fator positivo, em termos de redução dos custos sociais.

Contudo, mesmo que as distorções acumuladas nos últimos anos sejam corrigidas, alguns problemas permanecerão. Apenas a retirada do subsídio ao consumo de trigo não será suficiente para anular a diferença entre a produção e o consumo domésticos. Além disso, a redução da demanda por pães e massas é função não só dos aumentos de seus preços mas, também, da disponibilidade e dos preços dos produtos substitutos. Essa disponibilidade, por sua vez, vai depender da existência, ou não, de estímulos à produção, nas duas próximas safras dos assim chamados ***gêneros de abastecimento interno***, principalmente arroz e milho.

Do ponto de vista da produção, há a possibilidade de concentrar os estímulos nas áreas mais propícias da região Sul, onde houver viabilidade econômica, tanto do ponto de vista privado, quanto do social. Mesmo que a área cultivada, futuramente, venha a se manter em torno dos atuais 2 milhões de ha, nas regiões atualmente produtoras, lavouras bem conduzidas tecnicamente poderão apresentar acréscimos consideráveis nos rendimentos físicos. Há, ainda, a alternativa da expansão da triticultura na região dos cerrados, que vai depender, entre outros fatores, da iniciativa governamental de dirigir seus programas de forma a estimular e tornar viável a produção de trigo no Brasil Central.

QUADRO 2

BRASIL: Valores Básicos de Custeio e Custos de Produção Calculados pelos Produtores — 1980 e 1981

Produtividade (kg/ha)	VBC 1980	Custo 1980	VBC/ Custo (%)	VBC 1981	Custo 1981	VBC/ Custo(%)
801 a 1.000	8.238	13.855	59	15.200,00	32.641,00	47
1.001 a 1.200	9.396	13.855	68	17.800,00	32.641,00	55

FONTES: Minagri, Fecotrigo.

Impresso na 
COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO 128
TEL 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Antônio Carlos Lemgruber



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL